

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

LEONARDO MACHADO BATISTA

Contribuições da Semântica Argumentativa para os estudos gramaticais do léxico do português brasileiro

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LEONARDO MACHADO BATISTA

Contribuições da Semântica Argumentativa para os estudos gramaticais do léxico do português brasileiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Primo Delanoy

Co-orientadora: Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva

PORTO ALEGRE-RS, 2022

Ficha Catalográfica

B333c Batista, Leonardo Machado

Contribuições da semântica argumentativa para os estudos gramaticais do léxico do português brasileiro / Leonardo Machado Batista. – 2022.

94p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Primo Delanoy.

Coorientadora: Profa. Dra. Carmem Luci Costa Silva.

1. estudos gramaticais. 2. língua portuguesa. 3. semântica argumentativa. 4. palavras em relação. 5. sentidos argumentativos. I. Delanoy, Cláudio Primo. II. Silva, Carmem Luci Costa. III. , . IV. Título.

LEONARDO MACHADO BATISTA

Contribuições da Semântica Argumentativa para os estudos gramaticais do léxico do português brasileiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Linguística.

Aprovada em: 25/03/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Primo Delanoy (orientador) – PUCRS

Profa. Dra. Carmem Luci Costa Silva (co-orientadora) – UFRGS

Profa. Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste (examinadora) – UPF

Profa. Dra. Cristiane Dall Cortivo Lebler (examinadora) – UNISC

Profa. Dra. Lílian Cristine Hubner (examinadora) – PUCRS

Profa. Dra. Tania Maris de Azevedo (examinadora) – UCS

PORTO ALEGRE-RS, 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela inspiração necessária à pesquisa e à escrita da tese e por todas as bênçãos que tenho recebido. Muito obrigado, Senhor!

Agradeço a minha família por todo apoio ao longo do tempo em que tive que me fazer distante para poder escrever.

Agradeço especialmente à Aline Cargnelutti pelo suporte, pela dedicação e pelo amor com que tem cuidado da nossa família. Sem você, eu não poderia ter feito nada disso. Muito obrigado!

Agradeço também aos meus filhos Samuel e Olívia, que serviram como principal motivação para que eu desse continuidade a esta pesquisa, em todos os momentos que pensei em desistir.

Agradeço aos professores e aos colegas do PPGL pelo conhecimento compartilhado ao longo da minha formação.

Agradeço aos meus orientadores, Cláudio e Carmem, pela leitura atenta, pela acolhida e por toda a ajuda que me deram durante esta pesquisa. Obrigado, professora Carmem, pelo incentivo e pela ajuda no momento em que eu mais precisava.

Agradeço à professora Leci Borges Barbisan pela lição de humildade e amor pelo que se faz, bem como pelo conhecimento compartilhado com tanto carinho ao longo da graduação e do mestrado. A senhora sempre será uma inspiração.

Agradeço, ainda, à CAPES pela bolsa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

RESUMO

Esta tese tem como tema o estudo do léxico em usos do português brasileiro. Está alicerçada teoricamente na Semântica Argumentativa, perspectiva desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores. Tem como objetivo geral propor o estudo gramatical do léxico com base na Semântica Argumentativa para a exploração dos sentidos advindos da relação entre palavras plenas e palavras instrumentais em usos do português. Os objetivos específicos são: (1) verificar se a Semântica Argumentativa está presente em estudos gramaticais/descritivos do português e como essa presença se configura; (2) criar suporte para o estudo gramatical do léxico do português a partir da proposta apresentada por Ducrot (2002), no texto “Internalizadores”, para a classificação das palavras, com sistematização dos principais conceitos da Semântica Argumentativa; e (3) analisar usos do português a partir de uma concepção semântico-argumentativa para contribuir com as descrições dessa língua sobre os sentidos advindos da relação entre diferentes tipos de palavras. Com o propósito de cumprir esses objetivos, a tese está estruturada em três capítulos, nos quais, respectivamente, abordamos os seguintes assuntos: (1) a quase ausência da Semântica Argumentativa nos estudos gramaticais para explicar o funcionamento argumentativo da língua; (2) as noções basilares da Semântica Argumentativa e a proposta de Ducrot (2002) para a classificação do léxico; e (3) a exemplificação, em manchetes de matérias digitais de revistas, sites e jornais, veiculadas na internet durante a pandemia do vírus da Covid-19 (entre 2020 e 2022), da relação entre palavras plenas e instrumentais para a construção de sentidos nos usos do português brasileiro. Os resultados das nossas análises apontam para a ideia de que realizar um estudo gramatical do léxico com base na Semântica Argumentativa implica verificar como os sentidos, no discurso, são produzidos a partir da relação entre tipos diferentes de palavras: as plenas e as instrumentais (articuladores, modificadores e internalizadores). As relações argumentativas básicas de um encadeamento, as normativas e as transgressivas, potencializam a descrição de sentido e dão conta do fato de que produzir discurso com sentido e compreender seu sentido requer refletir sobre as relações semântico-argumentativas entre as palavras, isto é, analisar o léxico com base no que Ducrot (2004) chama “gramática do sentido”.

Palavras-chave: estudos gramaticais; língua portuguesa; semântica argumentativa; palavras em relação; sentidos argumentativos.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the study of the lexicon in Brazilian Portuguese uses. It is theoretically based on Argumentative Semantics, a perspective developed by Oswald Ducrot and collaborators. The general objective is to propose a grammatical study of the lexicon based on Argumentative Semantics to explore the meanings arising from the relation between full words and instrumental words in Portuguese uses. The specific objectives are: (1) to verify if Argumentative Semantics is present in grammatical/descriptive studies of Portuguese and how this presence is shaped; (2) to create support for the grammatical study of the Portuguese lexicon based on the proposal presented by Ducrot (2002), in the text "Internalizers", for the classification of words, with systematization of the main concepts of Argumentative Semantics; and (3) to analyze uses of Portuguese from a semantic-argumentative conception in order to contribute to the descriptions of this language about the meanings arising from the relation between different types of words. With the purpose of fulfilling these objectives, the dissertation is structured in three chapters, in which, respectively, the following topics were approached: (1) the near absence of Argumentative Semantics in grammatical studies to explain the argumentative functions of language (2) the basics of Argumentative Semantics and Ducrot's (2002) proposal on lexicon classification and (3) exploration, in headlines of digital magazines, websites and newspapers, conveyed on the Internet during the pandemic of the Covid-19 virus (between 2020 and 2022), of the relationship between full words and instrumental words for the construction of meanings in the uses of Brazilian Portuguese. The results of our analyses point to the idea that performing a grammatical study of the lexicon based on Argumentative Semantics implies verifying how the senses, in discourse, are produced from the relation between different types of words: the full words and the instrumental words (articulators, modifiers and internalizers). The basic argumentative relations of a thread, the normative and the transgressive connectives, enhance the description of meaning and account for the fact that producing meaningful discourse and understanding its meaning requires reflecting on the semantic-argumentative relations between words, that is, analyzing the lexicon based on what Ducrot (2004) calls " grammar of meaning".

Keywords: grammatical studies; Brazilian Portuguese language; argumentative semantics; words in relation; argumentative senses.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Lista das gramáticas brasileiras contemporâneas do português	28
Quadro 2 Amostra da heterogeneidade teórica dos estudos gramaticais apresentados na Gramática de Bagno	31
Quadro 3 Encadeamento, aspectos e bloco	54
Quadro 4 Bloco semântico 2	56
Quadro 5 Esboço da classificação das palavras proposto por Ducrot (2002)	59
Quadro 6 Argumentações internas do vocábulo “atrasado” com e sem modificador	62
Quadro 7 AI de vacinação e de infecção	80
Quadro 8 Argumentação interna de “vacina”	82

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1. A LINGUÍSTICA E OS ESTUDOS GRAMATICAIS.....	20
1.1 Língua e gramática	20
1.2 Os estudos gramaticais no Brasil.....	25
1.3 Abertura para uma abordagem do estudo das palavras via noção de uso e relação de entidades gramaticais no discurso	33
2. BASES TEÓRICAS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA PARA O ESTUDO GRAMATICAL DO LÉXICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	43
2.1 Noções básicas da Semântica Argumentativa	43
2.2 Uma classificação semântica do léxico: a proposta de Ducrot (2002)	58
2.3 Síntese do capítulo e abertura para o estudo semântico-argumentativo do léxico em usos do português brasileiro	65
3. O FUNCIONAMENTO LEXICAL DA LÍNGUA NOS USOS DO PORTUGUÊS: UM OLHAR ARGUMENTATIVO PARA A COMBINAÇÃO DE PALAVRAS E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO ENUNCIADO	67
3.1 Orientações metodológicas.....	68
3.2 Análises dos dados.....	69
<i>Exemplo 1: relações semântico-argumentativas de operador modificador desrealizante</i>	<i>69</i>
<i>Exemplo 2: relações semântico-argumentativas de operador modificador realizante</i>	<i>72</i>
<i>Exemplo 3: relações semântico-argumentativas de articulador transgressivo</i>	<i>74</i>
<i>Exemplo 4: relações semântico-argumentativas de articulador normativo.....</i>	<i>76</i>
<i>Exemplo 5: relações semântico-argumentativas de internalizador normativo.....</i>	<i>79</i>
<i>Exemplo 6: relações semântico-argumentativas de internalizador transgressivo</i>	<i>81</i>
3.3 O estudo gramatical do léxico a partir de uma concepção semântico-argumentativa da língua	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta tese nasce do entrelaçamento da vida de professor de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental com a experiência de pesquisa na Semântica Argumentativa, guiado pelas reflexões e inquietações da professora e pesquisadora Leci Borges Barbisan. Na vida de professor, sempre me perguntei se não haveria um modo de tratar as classes de palavras – um dos conteúdos gramaticais mais explorados na escola, principalmente no nível fundamental – a partir da língua em uso, pelo princípio sistêmico e relacional de seu funcionamento. Na experiência de pesquisa com a Profa. Leci Barbisan, sempre me encantei pelo modo como a Semântica Argumentativa pode explicar o léxico pelo ponto de vista de relações argumentativas. Assim, desse entrelaçamento surgiu o tema desta tese: *o estudo gramatical do léxico do português a partir da Semântica Argumentativa*.

A língua tem sido descrita, com o advento da Linguística Moderna a partir de Ferdinand Saussure, como um sistema de elementos (signos) em relações. A ideia de sistema e a não consideração de elementos isolados encaminha linguistas como Oswald Ducrot a pensar a enunciação como o acontecimento ligado à colocação de palavras em relação nos enunciados pelo locutor para possibilitar a continuidade discursiva de outro. Com isso, a enunciação constitui-se como lugar de debate e confronto entre indivíduos. Pensar a enunciação é lidar com a língua em emprego e considerá-la como produtora de sentidos nas relações humanas. Assim, o primado da significação é caro às perspectivas que consideram a língua e o seu uso. Apesar disso, o estudo de línguas particulares (idiomas), caso da língua portuguesa, conforme aponta a historiografia dos estudos gramaticais proposta por Faraco (2006) e Vieira (2015, 2016 e 2018), nos fizeram perceber que muitas gramáticas da língua portuguesa até hoje publicadas, sejam ou não tradicionais (cf. seção 1.1), têm dificuldades de descrever a língua com a consideração da noção de relação e do sentido advindo da relação entre as entidades linguísticas.

A proposta da Semântica Argumentativa, uma vez que procura explicar como o sentido de um discurso se constitui a partir de relações linguístico-argumentativas entre as palavras, pode apresentar contribuições para um estudo gramatical do léxico do português a partir de uma perspectiva semântico-discursiva. Em outras palavras, como a Semântica Argumentativa procura tratar a língua a partir do discurso, concebemos que essa perspectiva teórica pode contribuir para os estudos gramaticais do

português brasileiro, oferecendo possibilidades de análise que levem em conta a natureza discursiva da língua.

Na presente pesquisa, buscamos lançar, primeiramente, um olhar para a historiografia dos estudos gramaticais brasileiros para verificar os pontos de vista que subsidiaram as descrições gramaticais do português na busca de presença, ainda que de modo híbrido com outras perspectivas, da Semântica Argumentativa em alguma descrição do funcionamento do português. Em um segundo momento, propomos uma reflexão sobre o funcionamento gramatical do léxico do português com base na Semântica Argumentativa. Esses dois momentos fazem parte do primeiro e segundo capítulos, respectivamente. Do movimento entre esses dois capítulos, principalmente a partir da base teórica da Semântica Argumentativa, produzimos o terceiro capítulo com exemplos ilustrativos e análises dos dados.

Nossas justificativas para a pesquisa são, como se pode perceber, teóricas à medida que pretendemos dar resposta a um problema identificado nas produções de gramáticas contemporâneas do português brasileiro alicerçadas em perspectivas linguísticas, qual seja: a quase ausência, ou uma presença tímida, de abordagem semântico-argumentativa sobre funcionamento gramatical da língua portuguesa (cf. seção 1.2). Nossa atuação profissional como professores de língua portuguesa a falantes nativos nos tem mostrado a relevância de uma guinada semântica nos estudos gramaticais dessa língua, porque percebemos, ao longo da nossa atuação profissional, que essa defasagem teórico-conceitual dificulta uma pedagogia de língua que use a reflexão linguística (também referida em documentos oficiais como estudo gramatical ou funcionamento de língua) como um meio para o desenvolvimento de habilidade de leitura e de escrita nos estudantes. Vale lembrar que os documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa consideram o uso de língua e a reflexão sobre esse uso (por meio do processo de análise) fundamentais para os estudantes se constituírem proficientes em suas práticas sociais de falantes, produtores e leitores de textos falados, escritos e multimodais.

Além de nós, outros autores brasileiros (Ataliba de Castilho, 1990; Marcos Bagno, 2000; Maria Helena de Moura Neves, 2002, 2003, 2007; Carlos Alberto Faraco, 2006, 2008, entre outros), autoridades em suas áreas da linguagem, têm se dedicado a encontrar respostas para essas questões relacionadas à temática do ensino de português no país. Sob diferentes perspectivas teóricas, procuraram entender a forma

como se ensina língua materna no Brasil e todos chegaram à mesma conclusão: embora os avanços das ciências da linguagem apresentem soluções para os problemas enfrentados por alunos e por professores no Ensino Básico, muitas práticas sustentam-se em abordagens intuitivas e prescritivas, carentes de suporte científico da Linguística.

Ainda que as Gramáticas tradicionais contenham os componentes tanto descritivos como normativos, conforme apontam muitos estudos como o de Neves (2002), muitas vezes se corrobora apenas um desses aspectos ou se confere predominância a um deles nas Gramáticas, o normativo. Por essa razão, a autora salienta que não podemos confundir a Gramática Tradicional, que tem como herança a tradição filosófica com incorporação de achados da linguística, com "gramática normativa". No entanto, muitas vezes se levam para o ensino apenas características modelares e normativas dessas gramáticas, fazendo com que, nas palavras de Faraco (2006), a "gramatiquice" – o estudo da gramática como um fim em si mesma – e o "normativismo" – valorização de uma língua idealizada fora dos usos sociais – prevaleçam no ensino de Língua Portuguesa. De fato, tanto as pesquisas sobre o tema referidas no parágrafo precedente quanto a nossa experiência profissional nos permitem dizer que há prevalência do aspecto normativo na Escola Básica. Frequentemente, ao selecionarmos os materiais didáticos a serem adotados durante o ano letivo, nos vemos diante de livros didáticos repletos de exercícios de reflexão linguística que, ao invés de proporem a reflexão sobre o funcionamento da língua como forma de capacitar o aluno para o uso efetivo da língua que estudam, limitam-se a cobrar deles apenas identificação e classificação de elementos linguísticos.

Devido a sua preocupação classificatória, que não pode estar engajada com o discurso e, portanto, com o desenvolvimento de habilidades discursivas, o estudo excessivo da gramática sob um viés normativo poderá não contribuir para o desenvolvimento de habilidades discursivas nos estudantes. Não queremos dizer com isso que uma norma linguística padrão não deva ser ensinada aos alunos, mas sim problematizar as consequências de uma pedagogia que ensina a norma padrão da língua materna com um fim em si mesma.

Reconhecemos a importância do ensino do funcionamento da língua padrão para permitir a integração de cada indivíduo em uma comunidade de falantes que, embora reconheça e empregue variedades particulares de uma língua, as quais estão espalhadas pelas diferentes regiões do país ou de um mesmo estado (nosso enfoque

é o português brasileiro), compartilha uma série de **regularidades gramaticais de funcionamento**¹. Mas não podemos nos contentar com a pouca presença de reflexões linguísticas que focalizem o fato de que o uso da língua coloca seus usuários em relação para significarem pela linguagem. Assim como não podemos ficar satisfeitos com um estudo da língua incapaz de desenvolvimento de habilidade discursivas dos alunos. A nossa filiação teórica em Semântica Argumentativa desde o mestrado nos leva a crer que as potencialidades de significação da língua (seja no sistema, seja no uso) é o que sustenta a integração dos falantes em uma comunidade linguística.

Por essa razão, quando nos deparamos com os dados a respeito da maneira como a língua é usada pelos alunos em idade escolar, vemo-nos obrigados a pensar sobre a necessidade e a urgência de um modelo de reflexão linguística que dê a devida importância ao discurso, levando os alunos a refletirem sobre a língua a partir dele. Preocupa-nos saber que pesquisas estatísticas divulgadas pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), desenvolvidas pelo Instituto Paulo Montenegro e pela organização não governamental Ação Educativa, dão conta de que em 2015, num universo de 2002 entrevistados, apenas 161 pessoas foram classificadas como plenamente alfabetizadas. Ou seja, oito por cento do total de indivíduos são capazes de compreender e de elaborar textos de maior complexidade (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2016).

Certamente, existem muitos fatores responsáveis pelos resultados negativos que se apresentam. Apenas para se problematizar brevemente a questão, poderíamos citar aspectos como a superlotação das aulas, a baixa remuneração dos professores, a situação de vulnerabilidade social de alguns estudantes, a baixa carga-horária destinada ao planejamento docente, entre outras que certamente influenciam esses resultados. Seria imprudente supor, sem um fundamento científico, que a abordagem gramatical sob um ponto de vista tradicional (cf. p. 11) e sua elevada carga-horária em contextos de ensino e aprendizagem são também responsáveis pelo baixo desempenho dos estudantes brasileiros em tarefas de escrita e de leitura. Por essa razão, limitamo-nos a pensar na necessidade de propor modos de a gramática da língua entrar para a sala de aula com a consideração do discurso para que nossos

¹ Ao empregarmos essa expressão, evitamos o uso da palavra “regra” para não levar o leitor a uma interpretação prescritivista, tomando regra como um modelo a ser seguido. O que queremos dizer é que existem princípios de funcionamento da língua que são compartilhados por todos os falantes do português brasileiro e que a gramática tradicional contribui, a seu modo, para unificar essa comunidade.

estudantes possam desenvolver habilidades discursivas e a pensar a língua como um sistema de valores, em que cada elemento vale a partir da relação com outros.

Enquanto estudiosos da semântica-argumentativa do português brasileiro, diante daqueles resultados apontados pelo INAF, incumbimos a nós, pesquisadores do discurso, a tarefa de oferecer ao ensino de língua materna propostas de reflexão sobre a análise do funcionamento gramatical da língua que contribuam para a plena formação de nossos alunos. Mais do que atribuir a responsabilidade por esses dados negativos a algo ou alguém, queremos contribuir com um ensino produtivo e reflexivo do português ainda que indiretamente, visto nosso estudo não envolver aplicação à sala de aula e nem contemplar dados retirados de sala de aula.

Considerando nosso percurso como professor e a necessidade de estudos que tratem de análises sobre o funcionamento gramatical do português pelo viés do sentido, nesta tese de doutorado, apontamos caminhos para o *estudo gramatical do léxico do português brasileiro pelo viés da Semântica Argumentativa*. Do que foi dito, pode-se depreender que, embora o tema da nossa pesquisa não seja o ensino propriamente dito, optamos por justificar nossa pesquisa também considerando o ensino. Isso porque, embora nosso estudo não contemple a transposição para a sala de aula, entendemos que poderá subsidiar o professor em sua pedagogia.

Como mencionamos, foi nosso trabalho como professor que nos fez perceber a necessidade de incluir a Semântica Argumentativa nos estudos gramaticais do léxico. Ademais, ao considerarmos o ensino, damos ao nosso trabalho um propósito não apenas teórico, mas também social, afinal objetivo maior do ensino de língua materna é a formação de cidadãos plenamente capazes de exercer sua cidadania em suas práticas sociais, nas quais, inevitavelmente, a língua está presente. E uma das funções da Universidade, como instituição de pesquisa, é produzir conhecimento também para o professor, fomentando a constituição do professor-pesquisador.

No Brasil, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante, PCN), documento que normatiza o ensino de Português, as aulas dessa disciplina devem abordar três eixos: leitura, escrita e reflexão linguística (BRASIL, 1997). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017, “estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica” (BRASIL, 2017) e, pode-se dizer, mantém a organização da disciplina “Língua Portuguesa” a partir desses três eixos, ainda que proponha algumas mudanças para atender os contextos de uso da língua que vão além da escrita.

A BNCC, enquanto documento que normatiza o currículo, agrupa as habilidades a serem desenvolvidas nos estudantes em quatro práticas de linguagem, quais sejam: leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica. Como se pode perceber, a BNCC apresenta o termo “produção de texto” porque “escrita” limitaria o estudo da língua a gêneros escritos. Além disso, propõe o trabalho com a oralidade em sala de aula, mais uma preocupação com o uso efetivo da língua em todas as suas formas. Para nós, o que deve ser destacado na BNCC é que esse documento prevê que a língua portuguesa seja estudada a partir de diferentes “campos de atuação” dando enfoque a práticas de uso da língua a partir dos textos que circulam nessas esferas de atividade humana. Assim, os documentos oficiais preconizam a necessidade de reflexão sobre o uso da língua, centrado em análises linguísticas que observem o funcionamento da língua. Por isso, as pesquisas acadêmicas podem auxiliar o professor a pensar em como a língua funciona e como significa.

A respeito da contribuição Semântica Argumentativa, muitas dissertações e teses procuraram enfatizar a língua a partir da língua em uso². As relações entre o ensino da leitura e da escrita pelo viés Semântica Argumentativa, perspectiva desenvolvida por Ducrot, Carel e colaboradores, sempre esteve como foco de interesse de pesquisa da professora Leci Borges Barbisan, então credenciada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. No projeto coordenado desde 2016, a pesquisa *O ensino da leitura e da escrita pela perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua*, financiada pelo CNPq (BARBISAN, 2017), a língua em suas relações argumentativas, concebidas pelo emprego, foi o objeto de pesquisa do referido projeto. A Profa. Leci Barbisan deixou as suas inquietações e reflexões vivas entre nós para continuarmos nesse fio discursivo para investigar fatos da língua alicerçados em uma concepção de língua de natureza argumentativa. Como já anunciado, esta tese não terá uma relação direta com a sala de aula, mas pode ser um estudo mediador para o professor pensar o funcionamento argumentativo do léxico do português e a sua classificação.

Como dissemos anteriormente, não queremos subjugar os estudos gramaticais do português brasileiro à nossa proposta exclusivamente, por isso não desmerecemos

² Podemos citar a dissertação de mestrado de Delanoy (2008), *Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos Semânticos*, e a tese de doutorado de Rahal (2015), *Teoria da Argumentação na Língua: nova perspectiva para ensino da leitura desde a educação básica*, estudos que buscam contribuir com o ensino a partir da Semântica Argumentativa.

a gramática tradicional (cf. p. 11) nem estudos sobre gramática a partir de outras perspectivas, como gerativa, funcional etc., as quais oferecem a sua concepção sobre a língua, com a consideração do uso, para a formulação de gramáticas do português. Consideramos nossa tese em relação de complementaridade, pois entendemos que o nosso trabalho traz **mais uma contribuição** para os estudos gramaticais contemporâneos, que buscam descrever a língua em seus vários aspectos, respeitando a sua complexa natureza. Nessa perspectiva, o nosso estudo se coloca como **uma proposta a ser somada** e não a ser colocada em substituição ou oposição a outra.

Para não entrarmos em contradição com o que acabamos de colocar, gostaríamos de chamar a atenção para as expressões destacadas anteriormente (**mais uma contribuição e uma proposta a ser somada**). Se, por um lado, respeitamos a validade de outras correntes teóricas (inclusive do modelo tradicional) para que se possa ter uma visão ampla sobre a complexidade da língua; por outro lado, também temos consciência de que o desenvolvimento do conhecimento científico se dá por diversos tipos de movimento, entre os quais está a aproximação, o distanciamento, o esgarçamento e/ou a ruptura com modelos previamente estabelecidos. Certamente, em nosso caso, embora reconheçamos a validade da Gramática Tradicional (cf. p. 11) em certos contextos, nosso trabalho apresenta mais distanciamentos do que aproximações em relação a esse modelo.

Nossa pesquisa surge, como referimos anteriormente, em razão da identificação, na historiografia dos estudos gramaticais no Brasil, de ausência ou quase ausência de produções sobre o funcionamento gramatical do português que abarque o caráter argumentativo da língua no que se refere à classificação de palavras, pois, como aborda Neves (1990), em pesquisa com 170 professores do Ensino Fundamental, esse conteúdo é o mais trabalhado na Escola. Ainda que atualmente o cenário tenha se modificado vemos ainda em livros didáticos muitas atividades de catalogação de entidades com a desconsideração da relação entre essas entidades em atividades que poderiam se constituírem como reflexão e operação sobre a língua. Como enfatiza a autora (NEVES, 2002, p. 239), o “texto – se usado – é apenas o estoque escolhido para fornecer palavras que o exercício manipulará”. Interessante também, na reflexão da autora, é o fato de que o usuário da língua tem “consciência” de se servir de palavras, visto serem entidades que maneja nos momentos que fala da própria língua.

Reflexões ligadas à escolha de palavras, ao significado de palavras, à repetição e à falta de palavras fazem parte daqueles que manejam a língua, os falantes. Ou seja, o falante tem uma noção intuitiva do que seja palavra e pensa a sua língua, valendo-se da palavra. Com relação a isso, vale lembrar também dos primeiros estudos gramaticais na Grécia antiga, que começaram por verificar que as palavras, consideradas “partes do discurso”, tinham diferentes estatutos nos textos clássicos de Homero, que estudavam. Essas constatações nos impulsionaram a buscar uma explicação de natureza argumentativa para o estudo da palavra no discurso pelo viés da Semântica Argumentativa.

Nosso estudo, assim, terá como base a Semântica Argumentativa, com ênfase no estudo que Ducrot (2002) desenvolve no texto “Internalizadores”, no qual o semanticista explora a classificação gramatical do léxico de uma língua. Nesse estudo, Ducrot aborda os sentidos advindos da relação entre palavras plenas (às quais podem ser atribuídas argumentações internas) e palavras instrumentais (às quais não podem ser atribuídas argumentações internas). Estas últimas, quando ligadas aos operadores argumentativos (modificadores e internalizadores), podem intensificar, diminuir ou mesmo modificar o sentido argumentativo das primeiras. Além dos operadores, as palavras instrumentais contêm os articuladores, cuja função é a de relacionar e comparar argumentações.

Encontramos, desse modo, no estudo de Ducrot (2002), potencialidades para pensarmos o papel da “classificação de palavras” e o sentido resultante da combinação de determinados tipos de palavras no emprego da língua. Isso porque as palavras plenas ligam-se ao que a terminologia gramatical concebe como substantivos e verbos; já os operadores – modificadores e internalizadores – estão relacionados aos adjetivos e advérbios. Já os articuladores envolvem as diferentes conjunções, que servem para relacionar partes do discurso. Quanto aos conectores, para Ducrot (2002), estes são protótipos teóricos, que servem para o semanticista descrever duas relações básicas de sentido nos enunciados: normativas e transgressivas.

Apresentadas as motivações teóricas e sociais que justificam nosso interesse em buscar os ensinamentos da Semântica Argumentativa para essa a temática em questão, apresentamos nossos objetivos de pesquisa.

Nosso **objetivo principal** de pesquisa é:

- *Propor um estudo gramatical do léxico com base na Semântica Argumentativa para a exploração dos sentidos advindos da relação entre palavras plenas e palavras instrumentais em usos do português.*

Para cumprir esse objetivo geral, o estudo tem os seguintes **objetivos específicos**:

- *Verificar se a Semântica Argumentativa está presente em estudos gramaticais/ descritivos do português e como essa presença se configura;*
- *Criar suporte para o estudo gramatical do léxico do português a partir de Ducrot (2002), com sistematização dos principais conceitos da Semântica Argumentativa;*
- *Analisar usos do português a partir de uma concepção semântico-argumentativa para contribuir com as descrições do português sobre os sentidos advindos da relação entre diferentes tipos de palavras na língua em emprego.*

Para cumprir esses objetivos, no primeiro capítulo, procuramos apresentar uma concepção saussuriana de língua para pensar a gramática de uma língua em uma visão sistêmica; também nesse capítulo, apresentamos a reflexão de Benveniste sobre a constituição da Linguística Moderna e seu nascimento na filosofia grega, visto, nessa continuidade, adotarmos termos como “nomes, verbos”, “pronomes”, etc. na terminologia linguística herdada da Grécia Antiga. Além disso, examinamos produções historiográficas sobre os estudos gramaticais do português brasileiro para verificarmos a presença ou não da Semântica Argumentativa nesses estudos.

No segundo capítulo, procuramos dar conta das principais noções que alicerçam a Semântica Argumentativa para definir os parâmetros do estudo gramatical do léxico a partir dessa perspectiva, com base no estudo de Ducrot (2002). Para isso, revisamos a produção bibliográfica de Oswald Ducrot e colaboradores em busca das reflexões do semanticista sobre o funcionamento semântico da língua, destacando as principais noções da Semântica Argumentativa para constituir as bases para a proposta presente no texto “Os internalizadores”, suporte teórico principal de nosso estudo. Para

tanto, fizemos uma análise qualitativa da obra ducrotiana, com recortes para o nosso propósito para constituir o segundo capítulo.

O terceiro capítulo traz exemplos ilustrativos retirados de manchetes digitais de sites, revistas e jornais do país. Esses exemplos são analisados com base na verificação dos sentidos argumentativos advindos da relação entre palavras plenas e palavras instrumentais nos usos do português dessas manchetes.

A revisão bibliográfica necessária para a execução da primeira fase da pesquisa consistiu em diferentes tipos de leitura: (1) *prévia*, que nos permitiu selecionar obras versavam sobre o tema da pesquisa (descrições gramaticais do português e a semântica argumentativa), (2) *seletiva*, com a qual elencamos as leituras que julgamos necessárias para que pudéssemos aprofundar nossas reflexões a respeito do tema e (3) *analítica*, por meio da qual nós fizemos uma interpretação da bibliografia de modo a subsidiar a proposta de estudar o funcionamento do léxico pelo viés da Semântica Argumentativa.

Convidamos o leitor a seguir nossas trilhas argumentativas e a acompanhar o nosso desafio de pensar o funcionamento gramatical do léxico do português a partir da Semântica Argumentativa, pois acreditamos, como Ducrot e colaboradores, que “as palavras argumentam”.

1. A LINGUÍSTICA E OS ESTUDOS GRAMATICAIS

Neste capítulo, procuramos, em um primeiro momento (seção 1.1), trazer uma concepção de língua sistêmica, via Ferdinand de Saussure, para pensarmos que as unidades da língua em uso estão em relação e que não podemos pensar a sua classificação apenas com a “etiquetagem” *a priori* como se estivessem isoladas. Além disso, trazemos Émile Benveniste para apresentar a ideia de que nossa terminologia linguística segue a tradição greco-latina de classificação, mas com mudanças ligadas à abordagem da língua. Por isso, esses linguistas aparecem brevemente em nosso estudo, ora para corroborarem uma concepção linguística sobre língua, ora para fundamentarem uma breve contextualização ligada ao nosso objeto de estudo, a língua em uso centrada na classificação do léxico em uma visada linguística.

Na sequência do capítulo (seção 1.2), apresentamos estudos que trazem as principais descrições gramaticais do português e mostram o ponto de vista que embasa tais descrições para verificarmos se há presença da Semântica Argumentativa nessas abordagens.

Por fim, na seção 1.3, realizamos uma síntese do percurso e apresentamos alguns estudos, que embora não se alicercem na Semântica Argumentativa, são inspiradores para a nossa investigação.

1.1 Língua e gramática

Nesta seção, apresentaremos a noção de língua, no âmbito da reflexão saussuriana, para buscar subsidiar, inicialmente, a reflexão sobre o funcionamento gramatical de uma língua particular, caso do português, visto a Semântica Argumentativa, teoria que dá sustentação à presente tese, filiar-se a Saussure. Para tanto, proporemos uma breve reflexão sobre a noção de língua como sistema de signos em relação a partir do *Curso de Linguística Geral* (CLG), de Ferdinand de Saussure, e na sequência da seção tratamos brevemente a reflexão de Émile Benveniste em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* para contextualizarmos a origem de nossa terminologia linguística, ou seja, a origem da metalinguagem que se usa para falar, gramaticalmente, da língua.

Salientamos que, ao trazermos Saussure e Benveniste, não estamos nos valendo desses linguistas como base principal para o estudo da classificação do léxico do português, mas com diferentes propósitos. No caso de Saussure, para tratar do objeto da Linguística e do modo como se configura, pois o estudo de qualquer fato de língua (funcionamento gramatical, organização lexical, classificação de elementos etc.) somente tem relevância científica se alicerçado em uma concepção geral do que seja língua. É com base nessa concepção geral que o semanticista Oswald Ducrot alicerça a sua abordagem da Semântica Argumentativa. Já Benveniste é inserido no capítulo por trazer a ideia de que nossa terminologia linguística carrega uma espécie de “filiação” à filosofia grega e aos estudos gramaticais que se propuseram a tratar das “partes do discurso”.

A Linguística enquanto ciência *stricto sensu*, dotada de um método e de um objeto próprios, constitui-se como disciplina autônoma no século XX. O *Curso de Linguística Geral*, publicado pela primeira vez em 1916, por estabelecer o objeto de estudo, a língua, e o método a ser utilizado para o estudo desse objeto, tem sido conhecido não apenas como o primeiro livro de Linguística Moderna como também o responsável pela criação do campo científico pautado na ideia de sistema.

No capítulo III do mesmo *Curso de Linguística Geral*, sobre *O objeto da linguística*, Saussure³ se propõe a examinar a natureza do objeto do linguista, a língua, e desenvolve uma reflexão sobre a ciência linguística em relação às outras ciências humanas. Saussure, então, conclui que, diferentemente de outras áreas, o objeto do cientista da linguagem é criado pela própria teoria que o linguista adota, conforme podemos verificar na passagem a seguir:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão duma ideia, como *corres* como correspondente ao latim *nūdum* etc. **Bem longe**

³ Atribuímos a autoria do *Curso de Linguística Geral* a Ferdinand de Saussure, mesmo sabendo que se trata de uma obra póstuma compilada e editada por seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye a partir das anotações das aulas ministradas por Saussure e apontadas por Riedlinger (nos dois primeiros cursos, de 1907 e de 1909) e por Sechehaye (no terceiro curso, de 1910). Mesmo que não tenha sido Saussure o responsável pela forma como as ideias sobre a língua e sobre a ciência da linguagem são *ipsis litteris* apresentadas na publicação de 1916, todos concordam, inclusive Bally e Sechehaye, que é a Saussure que se deve atribuir a autoria desse modelo de conceber e estudar a língua.

de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 2012, p. 39, itálicos do autor, negritos nossos).

Diante do exposto, verifica-se uma característica dos estudos linguísticos: o ponto de vista adotado pelo linguista dá forma ao seu objeto de estudo. Castilho (2012, p. 41) lembra que “ponto de vista é uma das traduções do termo grego *theoría*”. Pode-se dizer, pois, que a teoria adotada pelo linguista, por definir um ponto de vista sob o objeto, é responsável pela concepção de língua que cada pesquisador assume no estudo para lidar com o fenômeno linguístico eleito para investigação. Nesse contexto, cada teoria linguística carrega em si uma noção de língua e, conseqüentemente, tem efeitos em uma noção de gramática, concebida como um fato de língua, porque ligada à sua organização.

No *CLG*, em dado momento do capítulo III, Saussure (2012) aborda o lugar da língua nos fatos de linguagem, com a defesa de que é a língua que garante, como produto social, as regularidades necessárias, que permitem o exercício da faculdade de linguagem. Por isso, enquanto a língua pertence ao domínio social, a fala pertence à realização individual. *Língua e fala* assim engendram um par conceitual caro aos estudos linguísticos, visto o primeiro ser um sistema partilhado que permite a cada falante fazer uso desse sistema, constituindo o segundo elemento desse par conceitual. No ato individual, tem-se a fala, realização da língua, que contém o social, sistema organizado por associação e coordenação de elementos mínimos, os signos linguísticos. Por isso, em Saussure, os aspectos sociais e individuais estão atrelados. A língua em si mesma, a qual, tomada pela sua essência, caracteriza-se por ser um **sistema organizado** por associação e coordenação de elementos mínimos, os signos linguísticos.

É nessa linha que Saussure defende a língua como “um **sistema gramatical** que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos” (SAUSSURE, 2012, p.28, grifo nosso). Pensar na língua enquanto um fato social e como contendo um sistema gramatical implica assumir que suas unidades estão em relação e que essas relações contêm regularidades partilhadas pelos indivíduos de uma sociedade. Essa ideia saussuriana de língua como um sistema gramatical parece-nos um princípio fundamental para alicerçar o estudo gramatical de uma língua particular, caso da língua portuguesa.

Saussure (2012) explica que, para se chegar à língua, parte-se da fala, o uso individual que se faz da língua, e desse uso se divide (1) “o que é social do que é individual” (SAUSSURE, 2012, p. 45) e (2) “o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental” (SAUSSURE, 2012, p. 45). Por meio deste exercício é possível definir a língua enquanto um objeto homogêneo no “conjunto heteróclito dos fatos da linguagem” (SAUSSURE, 2012, p. 46). Novamente, Saussure (2012) defende que, por maior que seja a heterogeneidade e variação presentes nos usos linguísticos, nas falas individuais, essa diversidade apresenta uma unidade, ou seja, há regularidades que fazem com que essa língua tenha um sistema com elementos em relação, identificados por aqueles que a usam.

A natureza sistêmica da língua permite que ela seja estudada autonomamente, sem influência de elementos de origem extralinguística. Esse estudo da língua é tangível na medida em que se podem examinar os seus elementos mínimos, os signos linguísticos, pelas relações de semelhança e diferença que mantêm entre si dentro do sistema de que fazem parte.

Uma vez caracterizada a língua enquanto sistema gramatical, podemos avançar no sentido de pensarmos o vocabulário técnico usado para classificar e falar da língua. Pois bem, faremos isso a partir da apresentação do capítulo 2 do livro *Problemas de Linguística Geral I*, intitulado “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, no qual Émile Benveniste se propõe a examinar a evolução dos estudos linguísticos e a explicar as razões para algumas mudanças que ele observou nesses estudos e para algumas continuidades, caso da terminologia linguística. Sabemos que o estudo de uma língua envolve termos específicos para o estudioso dela falar: muitas vezes a metalinguagem é construída no arcabouço da teoria e, outras vezes, no caso de descrição de fatos da língua, há uma terminologia partilhada, que vem desde a tradição clássica, como “nomes”, “verbos”, “pronomes” etc. No entanto, ocorrem alterações no modo de se olhar para o funcionamento linguístico, olhar que releva um ponto de vista adotado.

Em primeiro lugar, Benveniste (2005, p. 20) nos faz observar que a linguística “tem duplo objeto: é a ciência da linguagem e a ciência das línguas”. E explica que a linguagem é uma faculdade humana universal, enquanto as línguas são particulares. A língua é, para Benveniste, uma das realizações da linguagem e cabe ao linguista se ocupar de problemas das línguas. Neste estudo, trataremos de um problema vinculado a uma língua particular, o português.

Em seguida, Benveniste (2005) lembra que a filosofia grega proporcionou as primeiras reflexões linguísticas no ocidente, razão pela qual a terminologia linguística ocidental é composta por termos de origem grega que foram mais tarde aplicados ao estudo da língua latina e, mais recentemente, ao estudo das línguas modernas, como o português.

Embora a terminologia empregada para se estudar a língua tenha sua origem nos termos empregados pelos pensadores gregos da Antiguidade Clássica em suas reflexões sobre a natureza da língua, eles pouco estudaram o funcionamento das línguas em termos de “relação” de modo que, conforme destaca Benveniste (2005, p. 20, grifos nossos), “as categorias que instauraram (nome, verbo, gênero gramatical, etc.) repousam sempre sobre bases **lógicas** ou **filosóficas**”. Nessa linha, Benveniste argumenta que “a linguística ocidental nasce na filosofia grega. Tudo proclama essa filiação. A nossa terminologia linguística se compõe em grande parte de termos gregos adotados diretamente ou não da tradução latina”. (BENVENISTE, 2005, p. 20). Isso significa que, naquela altura, não havia interesse em se estudar a língua em si com ênfase nas relações entre os elementos, mas sim em encontrar explicações lógicas e/ou filosóficas para fenômenos linguísticos tratados isoladamente. Assim, mesmo os estudos gramaticais das línguas clássicas (grego e latim) não se propunham a examinar se as categorias que instauraram tinham validade geral. Assim, concluímos, a partir de Benveniste, que não houve ruptura, principalmente em relação à terminologia gramatical, entre os estudos da tradição e os estudos da linguística moderna, mas mudanças nas concepções de abordagem da língua.

Pouco a pouco, os estudos linguísticos foram perdendo esse viés especulativo para dar lugar ao estudo científico das línguas humanas. O método histórico-comparativo usado no século XIX para examinar as línguas é apresentado por Benveniste (2005) como um período intermediário em que se pretende compreender a genética das línguas humanas. Desse momento do desenvolvimento da linguística, restou o interesse em buscar princípios gerais de funcionamento das línguas.

O terceiro momento do percurso histórico proposto por Benveniste (2005) diz respeito à ascensão do método sincrônico, o qual finalmente atribuiu à linguística o *status* de ciência moderna. Os estudos linguísticos a partir de tal método partem do princípio de que a língua é um conjunto sistemático de elementos formais articulados e hierarquizados. Esse momento dos estudos linguísticos proporcionou o desenvolvimento do

consenso de que, no sistema da língua, existem elementos de base (que são finitos) e diferentes formas de combinação desses elementos (que são infinitas).

Para o linguista, as relações entre as unidades da língua acontecem em diferentes níveis, “cada um dos quais deve ser descrito em termos adequados” (BENVENISTE, 2005, p. 23). Com efeito, a defesa de Benveniste em pensar que as unidades da língua estão em relação, em diferentes níveis, serve de inspiração à nossa proposta, pois entendemos que o funcionamento da língua apresenta unidades em relação. A noção de relação entrará no nosso estudo por defendermos, com Ducrot e colaboradores, que a língua contém, em seus elementos, relações argumentativas. O contexto apresentado motiva-nos a pensarmos esse "sistema gramatical" defendido por Saussure (2012) e essas "unidades em relação", conforme Benveniste (2005), por um viés semântico e argumentativo, conforme apresentaremos na sequência do estudo.

A reflexão presente nesta seção serve como argumento para defendermos que língua e gramática não são elementos dissociados, mas que a língua contém um sistema gramatical de unidades em relação. Por isso, cada língua particular, como no caso o português, contém a sua gramática como um sistema de unidades em relação, sistema constituído por regularidades partilhadas pelos falantes. Como pensar essa organização gramatical regular de uma língua que possibilita o uso individual pelo falante? Neste estudo, pretendemos tratar de um aspecto desse sistema gramatical, o léxico e a sua possibilidade de descrição e classificação, com a consideração de suas relações argumentativas. Pensamos ser possível pensá-lo pelo viés da Semântica Argumentativa. Antes de trazermos essa proposta, apresentaremos abordagens de estudiosos brasileiros sobre o funcionamento gramatical do português.

Encontramos estudos gramaticais sobre o português brasileiro pelo viés de diferentes perspectivas linguísticas – a funcionalista, a sociolinguística e a gerativista –, mas buscamos verificar se há lugar para uma abordagem semântico-argumentativa de descrição gramatical do português nesses estudos. Eis a nossa busca na próxima seção.

1.2 Os estudos gramaticais no Brasil

Nesta seção, apresentaremos uma contextualização histórica sobre o percurso dos estudos gramaticais no Brasil. Nosso objetivo é situar as diferentes perspectivas

teóricas que foram associadas a esses estudos a partir do desenvolvimento das pesquisas linguísticas no país. Pretendemos também, ao fim do capítulo, evidenciar como se apresentam estudos gramaticais sob um viés semântico-discursivo, bem como apresentar algumas reflexões realizadas sobre o funcionamento da língua, mais especialmente do léxico, a partir de um ponto de vista semântico.

As primeiras gramáticas sobre a língua portuguesa publicadas no Brasil, de acordo com Vieira (2016), surgiram século XIX e seguem um modelo prescritivo-normativo que remete à Antiguidade Clássica. Por essa razão, embora nosso foco sejam os estudos gramaticais brasileiros, é importante apresentar ao leitor um panorama que abranja os estudos gramaticais a partir do modelo greco-romano de reflexão gramatical, haja vista a influência deste modelo nas publicações gramaticais brasileiras, a qual perdura até os dias de hoje.

No mundo ocidental⁴, os estudos gramaticais têm sua origem na Grécia Antiga, com a compilação da primeira gramática do grego clássico, proposta por Dionísio (170 – 90 a.C.) em seu *TékhneGrammatiké*. De acordo com Mateus e Villalva (2006), o desenvolvimento da gramática no mundo clássico se associa à preocupação em bem interpretar as obras *Íliada* e *Odisseia*. Tal inquietação se deve aos costumes da época helenística, quando, conforme Neves (2005), havia o interesse em preservar os costumes da época helênica. O uso correto da língua grega era considerado um dos costumes a ser preservado e, assim, as gramáticas tornaram-se também um modelo de bem escrever, pois descreviam a língua usada pelos antigos poetas para a criação de suas obras. Neves (2005) lembra, aliás, que o termo *grammatiké* está associado à arte de ler e de escrever.

Os primeiros compêndios gramaticais propunham que o discurso ou ainda a fala⁵ poderia ser dividida em diferentes partes, considerando critérios de ordem morfológica, semântica e/ou sintática. Organizaram, então, as palavras em diferentes classes gramaticais, quais sejam: *ónoma*, *rhéma*, *methoché*, *arthron*, *antonymianpróthesis*,

⁴ De acordo com Mateus e Villalva (2006), os gramáticos hindus são responsáveis pelas mais antigas gramáticas de que se tem conhecimento, as quais datam do primeiro milênio antes de Cristo. São descrições do sânscrito, que era considerado uma língua sagrada, que deveria ser preservada sem alterações. As autoras destacam Panini como o principal gramático desta época.

⁵ Os termos **discurso** e **fala**, empregados pelos gregos na época clássica não podem ser interpretados, obviamente, com noções atuais que a linguística tem proposto para designar o par língua-fala. Naquela época, não se havia ainda proposto uma separação entre língua, fala e discurso, por isso, inclusive, fala e discurso podiam ser tomados como sinônimos.

epírrhema, *sýndesmos*. Em português, respectivamente, nome, verbo, particípio (ou adjetivo), pronome, artigo, advérbio, proposição e conjunção.

Inspirados no modelo proposto pelos gregos, os romanos elaboraram gramáticas do latim a fim de preservar a língua do império que se expandia por diferentes partes da Europa. Assim, as gramáticas latinas basicamente aplicaram ao latim o modelo elaborado pelos gregos, preservando as mesmas classificações para as palavras, então referidas como partes do discurso (FARACO, 2006).

Durante a Idade Média, surge o interesse pelo estudo das línguas vernáculas e as primeiras gramáticas das línguas modernas são editadas. A *Grammatica da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, foi publicada em Lisboa em 1536 e é reconhecida como a primeira gramática de língua portuguesa. Inspirada no modelo greco-romano, esta obra apresenta informações a respeito da formação das palavras e das frases (VIEIRA, 2016; FARACO, 2006).

No Brasil, as primeiras gramáticas surgem no século XIX, com a publicação da *Grammatica portuguesa*, de Júlio Ribeiro, em 1881. Tal como as gramáticas da época helenística, salvaguardadas as devidas mudanças histórico-culturais, as gramáticas dessa época também tinham interesse de preservar um modelo de bem falar e interpretar.

Vieira (2018) propõe uma reflexão a respeito da produção do conhecimento, destacando que, atualmente, existe um consenso epistemológico e filosófico de que o conhecimento científico é um refinamento do senso comum. Respeitando a esse princípio, o autor então propõe que o conhecimento linguístico segue um **paradigma de produção do conhecimento**, mesmo que, por vezes, esse conhecimento não seja validado pela ciência, como é o caso das gramáticas tradicionais (VIEIRA, 2016).

Vieira (2015), em sua tese de doutorado, analisa o que chama **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português** (doravante GBCP). O autor caracteriza os modelos recentes de estudos gramaticais a partir de quatro categorias de análise: (1) demandas e propósitos sociais, (2) concepções teóricas e configurações metodológicas, (3) arcabouço descritivo, categorial e conceitual e (4) língua gramatizada.

Em nosso caso, propomos as contribuições da Semântica Argumentativa para o estudo gramatical do léxico do português brasileiro, contribuindo, conforme Vieira (2015), com a proposição de um distinto “arcabouço descritivo, categorial e conceitual” para as descrições contemporâneas do português brasileiro.

Para podermos situar nossa pesquisa nesse movimento apresentaremos a seguir algumas contribuições de diferentes correntes da linguística para processo de estudo gramatical do português.

Vieira (2016) data as primeiras críticas aos estudos gramaticais da década de 1960. Nessa época, lembra o autor, há um movimento de mudança de perspectiva na ciência linguística. Os estudos que antes davam prioridade à forma passam a priorizar o uso da língua. Àquela altura, conforme Vieira (2016), a linguística brasileira já revelara fenômenos desconhecidos, marginalizados ou mesmo negados pela gramática tradicional (cf. p. 11) de modo que já havia se instaurado uma mudança de foco da frase para o texto e do enunciado para a enunciação. Ademais, expõe Vieira (2016), as teorias linguísticas buscavam/buscam compreender a língua em uso nas análises em diferentes aspectos: funcionais, textuais, discursivos e interacionais.

Em razão de todas essas mudanças, passaram a surgir então, a partir do final do século XX, estudos do português brasileiro pautados no uso efetivo que se fazia/faz dessa língua e nos avanços da linguística. Listamos, a seguir, no quadro 1, alguns desses instrumentos apresentados por Vieira (2016).

Quadro 1 – Lista das Gramáticas brasileiras contemporâneas do português

OBRA	AUTOR(ES)	ANO DA 1ª EDIÇÃO
<i>Gramáticas do português falado (série)</i>	Ataliba de Castilho	1991-2002
<i>Gramática descritiva do português</i>	Mário A. Perini	1995
<i>Gramática dos usos do português</i>	Maria Helena de Moura Neves	2000
<i>Gramática Houaiss da língua portuguesa</i>	João Carlos Azeredo	2008
<i>Gramática do brasileiro</i>	Carlos Ferrarezi Junior e Iara M. Teles	2008
<i>Nova gramática do português brasileiro</i>	Ataliba Teixeira de Castilho	2010
<i>Gramática do português brasileiro</i>	Mário A. Perini	2010
<i>Gramática pedagógica do português brasileiro</i>	Marcos Bagno	2012
<i>Gramática da língua portuguesa padrão</i>	Amini Hauv	2014

Fonte: Vieira (2016, p. 37)

O quadro 1 lista as **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português**, as quais, de acordo com Vieira (2016), representam o movimento de inserção, nos estudos gramaticais, de alternativas científicas para a descrição do português brasileiro.

Como nosso propósito no capítulo é evidenciar se há presença de reflexões oriundas da Semântica Argumentativa, destacamos o fato de haver uma espécie de hibridismo teórico nas GBCP, pois elas buscam contemplar as descobertas científicas do português brasileiro contemporâneo vindas de diferentes arcabouços; no entanto, a Semântica Argumentativa comparece de modo esparso em algumas gramáticas apresentadas no quadro 1 ou apenas é mencionado Ducrot nas referências, conforme exposição a seguir.

Ao analisarmos as gramáticas contemporâneas do português brasileiro, citadas no quadro 1, verificamos que algumas delas incluem o nome de Oswald Ducrot em suas referências bibliográficas, caso das gramáticas de Neves (2000), de Castilho (2010) e de Hauv (2014).

Neves (2000) inclui Ducrot em suas referências bibliográficas, ao lermos sua obra, contudo, não verificamos a Semântica Argumentativa sendo usada como arcabouço teórico para as descrições linguísticas ali presentes.

A *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2010), cita Ducrot quando aborda “dêiticos” e trata da pressuposição. Ainda assim, não verificamos protagonismo dos princípios de Semântica Argumentativa nas descrições feitas sobre o léxico do português. Isto é, não verificamos descrições a respeito das indicações semântico-argumentativas da língua para o emprego das palavras ou sobre o funcionamento semântico-argumentativo de palavras nos discursos.

Na obra de Hauv (2014), encontramos a única referência bibliográfica com a entrada “DUCROT”, o *Dicionário das ciências da linguagem* (DUCROT; TODOROV, 1974), mas, como esse dicionário é das Ciências da linguagem, os princípios e noções da Semântica Argumentativa não foram usados para as descrições do português na obra de Hauv (2014).

Assim, consideramos que a Semântica Argumentativa não comparece nas maiores das gramáticas contemporâneas do português e, quando comparece, conforme nossa verificação, sua presença é bastante tímida.

Ainda que não traga a Semântica Argumentativa em sua reflexão gramatical, um dos representantes do movimento de ruptura com a abordagem tradicional é Perini (2017). O estudioso argumenta que os gramáticos contemporâneos como ele devem

“estar preparados para essa renovação periódica de textos, a fim de acompanhar os progressos da pesquisa” (PERINI, 2017, p. 24). Em certa altura da apresentação de sua gramática, Perini (2017) levanta a problemática da seleção do quadro teórico que usou para fazer a descrição do português brasileiro que apresenta. O autor (PERINI, 2017), então, explica que se esforçou para incluir em seu texto, sempre que possível, um repertório nocional que levasse em consideração temas já consensuais nos estudos linguísticos como um todo. Por isso, sua descrição do português apresenta certo hibridismo das abordagens gerativista e funcionalista.

Estamos certos de que outros representantes das GBCP também optaram por esse hibridismo teórico em suas descrições. Obviamente, a natureza da língua, que não pode ser reduzida a um único aparato teórico, impõe essa atitude aos gramáticos que se comprometem com o desenvolvimento de um conhecimento científico sobre a língua, que é o de conciliar diferentes pressupostos em sua definição.

Ainda que haja esse hibridismo teórico nas descrições do português presentes nas GBCP, não encontramos a presença de alguma explicação do **funcionamento gramatical** pelo viés da Semântica Argumentativa, nos estudos historiográficos sobre reflexão gramatical brasileira, especificamente nos trabalhos mencionados por Faraco (2006) e Vieira (2015, 2016 e 2018), autores que retomam a historiografia dos estudos gramaticais, ainda que haja menções esparsas e presenças em bibliografias de Ducrot em algumas gramáticas, como apontamos anteriormente. É nessa “lacuna” que pretendemos preencher com esse estudo, ainda que seja um preenchimento inicial e embrionário, mas que sinaliza abertura de caminho para novos estudos.

Para ilustrar o dito, recuperamos um quadro apresentado por Vieira (2016) em que apresenta os deslocamentos teórico-epistemológicos das GBCP. Assim, no quadro 2, a seguir, organiza-se uma amostragem dos fenômenos linguísticos abordados na Gramática de Bagno (BG) e das linhas teórico-metodológicas predominantes nas análises desses fenômenos.

Quadro 2 – Amostra da heterogeneidade teórica dos estudos gramaticais apresentados na Gramática de Bagno

CBCP REFERENCIADA	LINHA TEÓRICO-METODOLÓGICA PREDOMINANTE	FENÔMENOS ABORDADOS NA GB [GRAMÁTICA DE BAGNO] COM BASE EM OUTRAS GRAMÁTICAS
Azeredo (2008)	Concilia uma gama de noções teóricas e categorias linguísticas que remontam a diferentes áreas da linguística.	Formas marcadas e não marcadas, verbos e fenômenos sintáticos correlatos, nominais (substantivos e adjetivos), mostrativos (artigos definidos, pronomes de 3ª pessoa, demonstrativos), quantificadores (numerais, pronomes indefinidos), conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Perini (2010)	Orienta-se pelo princípio descritivo da sintaxe simples, sem explicitar nenhuma teoria particular que fundamente sua descrição gramatical.	Colocação pronominal, advérbios, conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Castilho (2010)	Se insere num quadro teórico funcionalista-cognitivista, que vê a gramática como um tipo de sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização, dispostas nos subsistemas fonológico, morfológico e sintático.	Topicalização, verbos e fenômenos sintáticos correlatos, nominais (substantivos e adjetivos), mostrativos (artigos definidos, pronomes de 3ª pessoa, demonstrativos), quantificadores (numerais, pronomes indefinidos), advérbios, preposições, conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Neves (2000)	Parte do princípio da multifuncionalidade da linguagem, preocupando-se com o funcionamento das unidades da língua no texto. ⁶	Verbos e fenômenos sintáticos correlatos, advérbios, preposições, conjunções, relativos, coordenação e subordinação.
Perini (1995)	Não assume explicitamente nenhuma teoria de partida, mas emprega tacitamente princípios teórico-metodológicos formalistas, em particular de inclinação gerativista. ⁷	Índices de pessoa (pronomes pessoais).

Fonte: Vieira (2016, p. 47)

Ao analisarmos o quadro 2, percebemos que, para poder dar conta de uma descrição científica da língua portuguesa em sua reflexão linguística, Bagno (2012) não pode fugir da heterogeneidade teórica presente na produção científica sobre o português brasileiro.

⁶ Complementando o quadro, podemos dizer que a teorização Funcionalista é base da descrição gramatical de Neves (2000).

⁷ Além da perspectiva Gerativa, em Perini, destacamos, complementando o quadro (VIEIRA, 2016), a presença de reflexões da abordagem Funcionalista.

Notamos ainda, por vezes, que Vieira (2016) não destacou um modelo teórico-metodológico específico que tenha sido privilegiado por determinado autor de uma GBCP, justamente pela busca dos gramáticos contemporâneos pelo consenso, sem se limitar a um modelo específico. Essa prática é responsável pelo emprego de mais de uma concepção teórica para a descrição linguística que se faz sobre a língua portuguesa, visando a atingir a sua complexidade (ou, pelo menos, a natureza complexa que descobertas linguísticas têm levado os linguistas a perceber sobre língua). Mesmo assim, podemos dizer que é possível identificar um predomínio teórico-metodológico de algumas vertentes como o funcionalismo e o gerativismo, em algumas GBCP, sem que se verifique nelas a presença de estudo sobre o funcionamento linguístico gramatical do português brasileiro pelo viés da Semântica Argumentativa, ainda que se considere a presença de um hibridismo teórico nas descrições. Em tal hibridismo, as reflexões de Ducrot comparecem de modo esparso em determinadas partes, quando são tratadas pressuposição, dêiticos e conjunções ou o semanticista apenas é referido em bibliografias.

Entre os autores das GBCP, encontramos no trabalho de Perini (2017), em sua *Gramática descritiva do português brasileiro*, versão atualizada da *Gramática do português brasileiro* (2010), uma afirmação que corrobora a opinião que acabamos de defender. Ao assumir ter abordado fenômenos discursivos de maneira sumária, Perini (2017, p.41) diz considerar “as interações entre o discurso e a gramática uma área largamente inexplorada⁸” nos estudos gramaticais contemporâneos do português brasileiro.

Ainda assim, aproveitar os conhecimentos a respeito da construção do sentido oferecidos pela Teoria da Argumentação na Língua é parte essencial de uma descrição linguística do português brasileiro comprometida com as descobertas recentes dos estudos linguísticos.

Dito isso, voltando outra vez nosso olhar ao objetivo maior que temos, qual seja o de verificar quais podem ser as contribuições da Semântica Argumentativa para o estudo gramatical do léxico do português brasileiro, propomos, na seção a seguir, uma

⁸ Perini (2017) cita, como uma exceção a essa realidade, os trabalhos de Pontes (1987). De fato, Eunice Pontes trabalha com questões de tópico que se encaminham por uma abordagem mais discursiva e menos frasal do período.

síntese de percursos de outros autores que se comprometeram com um estudo gramatical do português sob uma perspectiva semântica, como é o caso do linguista pioneiro brasileiro, Mattoso Câmara Jr. (obra publicada em 1970), que tematizou a classificação de vocábulos do português, considerando o critério semântico como primário para o estabelecimento da classificação de nomes, verbos e pronomes. Também Madre Olívia (1979) e Franchi, Negrão e Müller (2006) trataram do funcionamento gramatical do português sob uma perspectiva semântica.

1.3 Abertura para uma abordagem do estudo das palavras via noção de uso e relação de entidades gramaticais no discurso

Nesta seção, pretendemos apresentar ao leitor trabalhos de diferentes autores e de diferentes épocas que, de alguma maneira, dialogam com a nossa proposta de estudo gramatical do léxico do português brasileiro a partir de uma visada semântico-argumentativa. Para tanto, discorreremos sobre os trabalhos de Mattoso Câmara (2006, publicação original de 1970)⁹, Madre Olívia (1979), que pretende apresentar modelos de renovação da gramática portuguesa a partir de estudos semânticos e sintáticos; e Franchi, Negrão e Müller (2006), que apresentam uma reflexão sobre o processo de análise dos fatos linguísticos a partir do estudo da argumentação/estruturação sintática das palavras.

Procuraremos, ainda, ao longo do percurso, elucidar os motivos que nos levaram, de uma perspectiva semântico-argumentativa, pensar o léxico, a partir da observação da relação entre palavras, em usos do português brasileiro. Tais motivações foram, de certa maneira, sendo apresentadas na seção anterior na medida em que falamos sobre a virada linguística nos estudos gramaticais.

Referimos (cf. seção 1.2) que as gramáticas contemporâneas do português surgem como uma alternativa ao modelo tradicional de estudo gramatical. Isso faz com que as produções científicas vinculadas a esse movimento de mudança. Por essa razão, é comum encontrar críticas à gramática tradicional nos trabalhos de gramáticos-linguistas.

Tais críticas, apresentadas como justificativas para um novo olhar sobre a gramática, levaram os pesquisadores a encontrar alternativas científicas para o modelo tradicional de descrição gramatical. É nesse contexto, também, que surgem os trabalhos

⁹ Passaremos a citar Mattoso Câmara com a data de 2006, publicação que consultamos.

de Joaquim Mattoso Câmara Jr (2006), Madre Olívia (1979) e de Franchi, Negrão e Müller (2006), os quais consideramos dialogarem com a presente tese de doutorado, visto buscarmos tratar do funcionamento gramatical pelo viés semântico. Assim, consideramos esses autores como inspiradores para continuarmos a nossa abordagem.

Um dos pontos de convergência entre os trabalhos de Mattoso, Madre Olívia, Franchi, Negrão e Müller e o nosso é o fato de estarem imbuídos de um desejo de renovação do modo de descrever o funcionamento da língua portuguesa sob uma perspectiva científica. Acreditamos, assim como outros estudiosos que se comprometeram com o estudo gramatical científico do português (cf. seção 1.3), que somente o modelo tradicional não é capaz, por si só, de fornecer subsídios para uma descrição que considere a complexidade da língua em suas diferentes relações.

Aliás, descrever a língua não parece ser o objetivo de uma gramática comprometida com a prescrição de usos baseada na forma de escrever dos grandes nomes da literatura do passado, como é o caso da maioria das gramáticas tradicionais (cf. seção 1.1). Por vincularem-se à tradição filosófica, estão muito mais, desde a origem, inclinadas a uma didática de língua baseada no conhecimento e no cumprimento de um conjunto de regras tidas como ideais (FARACO, 2006) ou em uma etiquetagem com “base nocional” de elementos isolados, conforme observa Neves (2002).

A nossa prática pedagógica tem nos mostrado que seguir uma metodologia vinculada ao que Faraco nomeia como *normativismo* (valorização de um ideal de língua) e *gramatiquice* (memorização da metalinguagem gramatical com um fim nela mesma) leva os alunos tanto ao desinteresse pelo estudo da língua quanto às dificuldades que apresentam para produzir e ler textos, pois são frequentemente treinados a classificar palavras e não a compreender como elas se relacionam para formar um sentido.

Como abertura e inspiração para nosso estudo, apresentamos a discussão sobre a classificação dos vocábulos formais do grande linguista e estudioso da língua portuguesa, Joaquim Mattoso Câmara Jr. (2006) no livro *Estrutura da língua portuguesa*. Mattoso procura estudar o português pelo viés do que chama “gramática descritiva ou sincrônica”, alicerçando seu estudo em Saussure, conforme acompanhamos em suas palavras: “O propósito fundamental de Saussure era ver essa gramática como disciplina “autônoma” (SAUSSURE, 1922, p. 25), independente das disciplinas filosófica, da lógica e da psicologia, como de quaisquer outras ciências.” (CÂMARA JR, 2006, p. 13).

Destacamos, como alavanca inspiradora para nosso estudo, o capítulo “A classificação dos vocábulos formais” desse estudioso da língua portuguesa. No início do capítulo, o autor tece críticas à Gramática Tradicional: 1) presença de heterogeneidade de critérios para a classificação dos vocábulos formais. Ora um vocábulo é definido pelo critério semântico (significado); ora é definido pelo critério morfológico/mórfico (forma); ora, pelo critério funcional/sintático (função). Segundo o autor, uma proposta coerente de classificação dos vocábulos precisa levar em conta forma, sentido e função; 2) alinhamento de classes e funções em um quadro único, com a desconsideração das relações hierárquicas na classificação.

O autor observa que uma das grandes tarefas de uma descrição gramatical está em distribuir os vocábulos (formas livres e formas dependentes) em classes fundamentais. No conjunto de formas livres, insere os nomes, verbos e pronomes e, no conjunto das formas dependentes insere as conjunções, preposições e alguns pronomes, como os relativos. Nesse caso, as formas dependentes são aquelas que estão na dependência de outras para terem sentido na comunicação. Ainda traz as formas presas que envolveriam os morfemas, como exemplo temos os prefixos e sufixos.

Assim, no capítulo em que trata dos vocábulos, Câmara Jr. (2006) propõe uma interessante classificação a partir de três critérios: o semântico, o mórfico e o funcional (sintático). O *critério semântico* envolve uma classificação baseada na significação do ponto de vista do universo biossocial incorporada na língua e expressa pelos vocábulos; o *critério morfológico* está relacionado a uma classificação baseada nas propriedades gramaticais que os vocábulos podem apresentar (Ex.: formas presas que marcam gênero e número nos *nomes* e *pronomes*; formas que marcam modo, tempo, número e pessoa nos *verbos*); o *critério funcional vincula-se a uma* classificação baseada no papel ou função dos vocábulos no contexto de ocorrência.

Como um vocábulo, para o linguista, é uma unidade da língua com forma e sentido, considera que os critérios semântico e mórfico estão relacionados. Assim, o fundamento primário da classificação está no critério morfossemântico. A partir desse critério, divide os vocábulos em *nomes*, *verbos* e *pronomes*. Pelo critério semântico, os *nomes* significam o universo biossocial incorporado à língua. Pelo critério mórfico, são passíveis de distinções em gênero e número. Pelo critério semântico, os *verbos* envolvem processos e, pelo mórfico, apresentam desinências de modo, tempo, número e pessoa. Pelo critério semântico, os *pronomes* não representam, mas *indicam* o ser no espaço, sendo esse espaço considerado em relação ao sujeito falante. A

partir do critério funcional, Câmara Jr (2006) divide os vocábulos em substantivo, adjetivo e advérbio. O substantivo é o termo determinado. O adjetivo é o termo que modifica um nome substantivo, sendo dele determinante. O advérbio é termo determinante principalmente de um verbo.

Além dessa classificação, Câmara apresenta a ideia de vocábulo conetivo, que tem por função essencial a de “relacionar”. Entre os vocábulos conectivos, coloca as preposições, que subordinam um vocábulo a outro, e as conjunções, que subordinam ou coordenam um vocábulo a outro ou uma sentença a outra.

Vemos, na classificação de Câmara Jr (2006), o princípio da relação operando em toda a sua classificação dos vocábulos e, nessa classificação, forma e sentido estão integradas de modo que, em sua classificação, o critério semântico é o primário para depois aplicar o funcional-sintático. Importante destacar, em sua abordagem, a consideração de que os vocábulos envolvem sentido (aspecto da significação), envolvem uma constituição formal (aspecto mórfico) e envolvem uma combinação (aspecto funcional e sintático). A reflexão de Câmara nos inspira a seguir esse princípio da relação para refletir sobre a classificação do léxico pelo viés da Semântica Argumentativa, com a consideração da combinação de formas para a constituição de sentidos argumentativos e para a verificação da relação argumentativa que se instancia na combinação, por exemplo, de um nome substantivo com um nome adjetivo.

Também, no livro *Para uma nova gramática do português*, contagiado pelo mesmo espírito de renovação de todos os gramáticos-linguistas contemporâneos, Perini (1985) apresenta algumas críticas ao modelo tradicional, entre as quais destaca a “sua inconsistência teórica e falta de coerência interna” (PERINI, 1985, p. 6). Esse problema, de acordo com Perini (1985), está relacionado à incompatibilidade entre as definições apresentadas nas diferentes partes da gramática tradicional diante das descobertas da ciência linguística.

Assim como Franchi, Negrão e Müller (2006), Perini (1995) concentra sua discussão na sintaxe. Enquanto os primeiros propõem uma reflexão sobre como o modo de argumentação dos constituintes oracionais podem explicar a ambiguidade de certas orações, este último (PERINI, 1985) discorre a respeito das definições de sujeito que podem ser encontradas nos manuais de gramática, as quais são incompatíveis com as conclusões a que os especialistas chegam depois de analisarem uma sentença. Ambas as publicações se demonstram insatisfeitas com o modelo de análise linguística proposto pela gramática tradicional, seja porque há um convite a uma análise

meramente classificatória da língua (FRANCHI; NEGRÃO; MÜLLER, 2006) ou por essa classificação ser contraditória (PERINI, 1985).

Franchi, Negrão e Müller (2006) esclarecem que, no modelo tradicional, como existem classes e funções dadas previamente, a análise linguística termina à medida que as funções pré-estabelecidas aos termos da oração são identificadas. Isto é, a classificação atribuída a um constituinte oracional pela GT, que deveria estar relacionada a uma hipótese de interpretação do enunciado (de acordo com o que têm ensinado as pesquisas em na área da sintaxe), não depende da reflexão sobre **a forma como os constituintes oracionais estão se relacionando** (argumentação sintático-linguística¹⁰).

Perini (1985), por outro lado, demonstra que a GT conceitua sujeito como “o termo sobre o que se faz uma declaração”, razão pela qual se pode dizer que, no enunciado “Carlinhos machucou Camilo”, o sujeito seja “Carlinhos”. Seguindo a mesma definição, no enunciado “Em Belo Horizonte chove um bocado”, seria (mas não é) também identificar “Belo Horizonte” como sujeito, visto que é o termo sobre o qual se declara algo. Entretanto, a definição não cabe neste caso, em que “Em Belo Horizonte” é classificado como adjunto adverbial de lugar. Com esse exemplo, Perini (1985) demonstra uma incompatibilidade entre o conceito e a análise que se faz sobre as definições de sujeito gramatical, validando a inconsistência teórica que atribui à GT.

Ambas as análises, a de Franchi, Negrão e Müller (2006) e a de Perini (1985), embora se centrem na relação entre itens lexicais, distanciam-se do nosso trabalho na medida em que abordam fenômenos operados, predominantemente, pela sintaxe e que, portanto, estão fora do nosso escopo. Mesmo assim, falam de um tema que nos é comum: o conhecimento de língua dos falantes e a maneira como esse conhecimento é (ou não) usado para a análise de fenômenos linguísticos, sejam eles sintáticos (como nos casos que acabamos de repercutir) ou semânticos (sobre os quais construiremos nossa tese).

¹⁰ Nos estudos sob o escopo teórico da Teoria da Argumentação na Língua frequentemente se identifica a expressão “semântico-linguístico” como uma forma de referir a análise semântica de um enunciado a partir de seus elementos linguísticos. Em oposição a essa expressão, empregamos o sintagma “sintático-linguístico” para referirmos estudos como o de Franchi, Negrão e Müller (2006), que analisam a **estrutura argumental** (organização dos constituintes linguísticos) dos enunciados a partir de um ponto de vista sintático. Convém lembrar que, em sintaxe, “a boa construção das frases pressupõe sempre a existência de um VERBO, que é o **predicador**, e dos seus **argumentos**, o sujeito (argumento externo) e os complementos (elementos internos). A este conjunto dá-se o nome de **estrutura argumental da frase**” (LOPES, 2013, p. 3).

Perini (1985) debruça-se sobre a temática em questão quando se questiona sobre o que tornaria aceitável uma análise linguística que contraria a definição dada pela GT. A resposta está, para Perini (1985), na existência de duas doutrinas gramaticais: uma a que dá o nome de “doutrina gramatical explícita” e outra referida por “doutrina gramatical implícita”. Certamente, esses dois conceitos ampliam o sentido do que temos entendido por gramática até aqui. Ou seja, é possível conceber a gramática como “doutrina” explícita (que poderá ser um saber gramatical a partir de pontos de vista distintos: funcional, gerativo, tradicional etc.) e uma gramática implícita (relacionada ao conhecimento nativo que todos os falantes têm de sua própria língua).

Os falantes têm conhecimento implícito do funcionamento de sua língua, por isso dominam, desde a mais tenra idade, mecanismos de argumentação linguística, seja para a organização dos constituintes oracionais em uma frase (assunto esboçado por FRANCHI, NEGRÃO E MÜLLER, 2006) ou para produção de sentido (objeto de interesse desta tese de doutorado).

Já referimos que os estudos apresentados dialogam na medida em que procuram alternativas científicas para o estudo gramatical do português brasileiro, incluindo algumas questões semânticas e reflexões sobre o uso da língua. Eles também se aproximam na medida em que propõem uma reflexão gramatical que considere o conhecimento intuitivo dos falantes para produzir discursos. Também já referimos que nos distanciamos do trabalho Franchi, Negrão e Müller (2006) na medida em que estes autores pretendem demonstrar de que maneira a reflexão sobre as propriedades sintáticas de uma oração (i.e. sobre sua argumentação sintático-linguística) podem solucionar ambiguidades. Do nosso ponto de vista, pretendemos propor a reflexão sobre os mecanismos linguísticos responsáveis pela construção dos sentidos (i.e. sobre argumentação semântico-linguística) e a maneira como eles contribuem para distribuição/organização das unidades do léxico.

Enquanto Franchi, Negrão e Müller (2006) fundamentam-se na Gramática Gerativa¹¹ para defender a opinião de que “o gramático tem sempre que examinar se, como consequência da diferença lexical ou em razão dela, a ambiguidade não está associada a diferentes estruturas sintáticas” (FRANCHI, NEGRÃO e MÜLLER, 2006, p. 132),

¹¹ Embora o texto não faça referência explícita à Gramática Gerativa, percebemos na descrição linguística de Franchi, Negrão e Müller (2006) técnicas de análise de constituintes imediatos propostas pelo modelo gerativista. Os autores falam, por exemplo, em “construções passivas” (p. 146) “topicalização” (p. 147), “deslocamento de interrogados” (p. 148) “pronominalização” (p. 150), fenômenos que gerativistas consideram evidências sintáticas para a estruturação de uma frase em constituintes.

queremos, em uma relação de complementaridade aos estudos apresentados, contribuir de outra maneira, com base na Semântica Argumentativa, por meio da explicitação dos procedimentos de análise semântico-linguísticos necessários para o estudo do gramatical do léxico.

Assim como estabelecemos um diálogo com Franchi, Negrão e Müller (2006) em razão do nosso mútuo interesse pela argumentação, podemos também nos inspirar no trabalho de Madre Olívia (1979), visto a autora abordar as (inter)relações entre “gramática” e “semântica”, questão de nosso interesse.

No fim década de 1970, período que coincide com a virada linguística dos estudos gramaticais brasileiros (cf. seção 1.3), Madre Olívia publica a série de livros intitulada “SE/SI: Semântica e Sintaxe para uma renovação da gramática portuguesa”. Essa coleção é composta por três fascículos: (1) Semântica e sintaxe: reflexões para o professor de português, (2) Semântica e a natureza da língua: contribuição a uma gramática científica do português e uma teoria do signo linguístico e (3) Verbo, sujeito e objeto: pesquisa na estrutura semântica da língua portuguesa. Essas publicações dialogam com a presente tese na medida em que buscaram propor estudos gramaticais, fundamentados em uma visão semântica da língua. Além disso, a obra de Madre Olívia, tal como a produção ducrotiana, vale-se de fundamentos saussurianos.

Por causa do viés saussuriano que compartilhamos com Madre Olívia (1979), tanto o nosso trabalho quanto o dela assumem a **língua** enquanto um **sistema virtual de relações e valores**. Ao tomarmos a língua como sistema virtual, respeitamos o princípio de que não existe manifestação pura da língua: ela se apresenta apenas no uso que os falantes fazem desse sistema, isto é, no discurso. No que concerne aos estudos gramaticais, esse sistema virtual é o que fornece aos falantes os princípios a serem respeitados diante do uso efetivo dessa língua.

Além da forma como enxerga a língua, Madre Olívia (1979) também divide conosco o interesse em usar a ciência como uma forma aprimoramento/aprofundamento do aprendizado da língua enquanto idioma, conforme se pode verificar na passagem a seguir: “para um eficiente aprendizado de Português, a gramática é de todo indispensável, e estamos concentrando nossos esforços para colaborar na sua revisão” (MADRE OLÍVIA, 1979, p. 11). Feitos esses parênteses, voltemos outra vez a tratar da maneira como a concepção de língua de Madre Olívia (1979) dialoga com a nossa.

Tanto Madre Olívia (1979) quanto nós concebemos a língua como um conjunto de relações e valores. Isso significa que a tomamos como possibilidade e não como

realidade, ou então, nas palavras do próprio Saussure (c2002), como “conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento” (SAUSSURE, c2002, p. 237). O estudo gramatical da língua, portanto, se baseia na compreensão das relações desse sistema, conforme podemos depreender da passagem a seguir, retirada de uma nota de rodapé do texto de Madre Olívia (1979): “entendemos por ‘gramática’ nesta pesquisa a descrição do sistema da língua e a explicação de seu funcionamento em diversos usos” (MADRE OLÍVIA, p. 19).

Como se pode perceber, encontramos diversos pontos de convergência entre a nossa proposta e a de Madre Olívia (1979). Buscando dar particularidade ao nosso estudo, devemos dizer que, ao concebermos a língua enquanto possibilidade, apontamos para uma direção que a situa no eixo associativo ao passo que o seu uso efetivo, o discurso, ocorre no eixo sintagmático. Essa maneira de compreender a língua e seu funcionamento sob dois eixos distintos nos permitirá afirmar que o conhecimento intuitivo que os falantes têm sobre a língua inclui a capacidade de estabelecer relações associativas entre os elementos da língua, por um lado; e a capacidade de combinar adequadamente esses elementos em um enunciado com vistas à construção de um sentido a ser comunicado.

Para Madre Olívia (1979), as pesquisas na área da semântica têm por objeto de estudo “o *significado das relações significantes* que formam o sistema da língua. Em outras palavras, o objeto da semântica é a FORMA do CONTEÚDO linguístico da FORMA da EXPRESSÃO linguística” (MADRE OLÍVIA, 1979, p. 15). A Semântica de Ducrot, por sua vez, caracteriza-se por ser uma semântica constituída pela relação entre palavras nos enunciados/discursos, que adquirem sentidos por estarem essas entidades às instruções de significação vindas da língua, conforme apresentaremos no segundo capítulo.

Como se pode notar, se por um lado é possível estabelecer aproximações entre as propostas de Madre Olívia (1979) e a do presente estudo pelo interesse no semantismo das entidades linguísticas, por outro lado, existem também distanciamentos teóricos entre a semântica compreendida por Madre Olívia e a semântica argumentativa, como veremos adiante. Nosso interesse é tratar o funcionamento gramatical de palavras em usos do português pelo viés semântico argumentativo.

Outras vertentes teóricas dão conta do semantismo das palavras, como é o caso da vertente de Madre Olívia (1979), mas não pelo viés argumentativo. A autora aborda o fato de que existem semas que fazem parte de uma palavra, visão pela qual uma

palavra como “televisão” teria traços semânticos ou semas que indicam o significado de uma palavra. O que leva a crer que, para um vocábulo como ‘televisão’, seriam encontrados traços como -animado, +aparelho, +elétrico, +usado-para-entretenimento etc. Nada de semelhante ocorre no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua, que estuda o caráter **argumentativo** da língua. Isto é, a Semântica Argumentativa analisa o sentido do ponto de vista da relação que uma palavra estabelece com outra (eixo sintagmático) e não apenas do ponto de vista dos semas que compõe a palavra (eixo associativo). O modo de abordagem da língua pelo viés da Semântica Argumentativa será tema de nossa reflexão no próximo capítulo.

O sentido tal como concebido pela Semântica Argumentativa em muito se difere da maneira como Madre Olívia (1979) o descreve. A principal diferença está no fato de a ANL propor um entendimento discursivo sobre o funcionamento do sentido. Ou seja, de acordo com a Semântica Argumentativa, como trataremos no próximo capítulo, a construção do sentido não se organiza em um nível inferior ao da palavra, mas sim em um nível superior a ela, ou seja, no enunciado/discurso. Para que um sentido seja atribuído a uma palavra, é preciso analisar o discurso em que ela está inserida e as relações estabelecidas nesse discurso. Esse princípio da Semântica Argumentativa ducrotiana é o que justifica a cunhagem do termo gramática semântico-discursiva ou semântico-argumentativa, afinal “semântica” e “discurso” são indivisíveis nessa perspectiva.

Certamente, uma gramática semântico-discursiva ou semântico-argumentativa filiada à Semântica Argumentativa não poderá propor uma descrição gramatical alicerçada na divisão entre os critérios semântico, morfológico e sintático, tal como se verifica em muitos estudos gramaticais do português¹². A descrição da língua oferecida pelo modelo ducrotiano deve aproveitar, certamente, a concepção de discurso e de eixo sintagmático (de sintaxe, portanto) para poder explicar o sentido atribuído a um item lexical (palavra). É claro que esse eixo sintagmático está em relação com o eixo associativo.

Ao se realizar este percurso analítico sobre diferentes estudos que se preocuparam com o estudo da gramática da língua sob perspectivas que dialogam com a nossa – viés semântico – foi possível apresentar razões para que se possa propor um estudo

¹² Como vimos anteriormente, Mattoso Câmara Jr. vale-se dos três critérios para propor a classificação de vocábulos formais no português.

gramatical do léxico do português com base na Semântica Argumentativa, com a consideração das relações entre palavras plenas e palavras instrumentais em usos do português brasileiro.

As propostas apresentadas neste capítulo nos inspiram e nos impulsionam a pensar o léxico do português a partir do princípio da *relação*, com a consideração do *sentido* e do *uso* da língua. Nessa linha, consideramos ser possível abordar os sentidos argumentativos constituídos pela relação entre palavras no discurso. Concebemos que o modo como as palavras se relacionam nos usos pode oferecer meios para a reflexão de como cada tipo de palavra contém argumentações que intensificam, diminuem ou mudam a argumentação de outras a que se ligam e ainda orientam os sentidos do enunciado/discurso para uma determinada continuidade. Essa é a tarefa que se pretende cumprir na continuidade da tese.

2. BASES TEÓRICAS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA PARA O ESTUDO GRAMATICAL DO LÉXICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Neste capítulo, tratamos das principais noções que sustentam a Semântica Argumentativa para pensarmos um estudo gramatical e argumentativo das entidades da língua em funcionamento em enunciados. Por isso, partimos das noções básicas da Semântica Argumentativa (seção 2.1.) para, na sequência, na seção 2.2., mostrarmos como Ducrot (2002) propõe uma classificação semântica do léxico (palavras plenas e instrumentais). Na seção 2.3. realizamos a síntese do capítulo e propomos encaminhamentos.

A reflexão sobre as principais noções da Semântica Argumentativa¹³ contempla termos e conceitos da Teoria da Argumentação na Língua (ANL) e da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Gomes (2020) defende que a Semântica Argumentativa é um campo de estudos constituído por Ducrot, Anscombe, Carel e colaboradores, que comporta a Teoria da Argumentação na Língua e a Teoria dos Blocos Semânticos, cada uma dessas teorias contendo diferentes momentos/fases de desenvolvimentos. Ainda que haja essas duas teorias com desenvolvimentos próprios, consideramos que a Semântica Argumentativa apresenta termos e noções que são transversais à abordagem argumentativa da língua. Por isso, não nos centraremos em fases dessas teorias vinculadas à Semântica Argumentativa, mas em noções centrais dessa perspectiva.

2.1 Noções básicas da Semântica Argumentativa

Nesta parte do trabalho, apresentamos a concepção de língua de acordo com a Semântica Argumentativa para que se possa, a partir da formulação desse conceito de língua, trazer outras noções teóricas para embasarem uma reflexão sobre a classificação de palavras (plenas e instrumentais) e suas relações de sentido argumentativo em enunciados/discursos nos usos do português brasileiro.

¹³ A Semântica Argumentativa foi criada na França, na École de Hautes Études em Sciences de Paris por Oswald Ducrot, no início, em conjunto com Jean-Claude Anscombe. Essa criação está relacionada à Teoria da Argumentação na Língua. A Semântica Argumentativa foi continuada mais tarde em colaboração com Marion Carel via Teoria dos Blocos Semânticos, no interior da qual, Carel vem desenvolvendo diferentes versões.

Para tanto, buscaremos apresentar um percurso de leitura dos textos considerados basilares da Semântica Argumentativa. Por essa razão, ao longo desta seção, serão expostas reflexões ducrotianas a respeito da língua que puderam ser recolhidas em um conjunto de publicações variadas e de diferentes épocas. Assim, a seção traz as principais noções teóricas da Semântica Argumentativa que consideramos relevantes para o estudo aqui proposto sem trazer o percurso dessa perspectiva e sem desenvolver as distintas teorizações abordadas em seu interior.

Apresentamos, inicialmente, as noções de *língua* e *argumentação*, desenvolvidas por Ducrot e colaboradores, e atreladas a essas noções, os pares *frase-significação* e *enunciado-sentido*. Para pensarmos a ideia de *relações argumentativas* entre as entidades, entrarão nesta seção as noções de *valor argumentativo* e *orientação argumentativa*, considerando o aspecto intersubjetivo da teoria, que requer levar em conta que o locutor responsável pelo enunciado/discurso fornece indicações para seu alocutário dar uma continuidade discursiva. Na sequência, trazemos, a partir da Teoria dos Blocos Semânticos, a ideia de *interdependência semântica*, com as noções de *bloco semântico*, *encadeamento* e *aspecto*, noções necessárias para pensarmos a argumentação no léxico na seção 2.2.

Para Ducrot (1980, 1987), a produção científica sustenta-se no que chama de hipóteses externas e hipóteses internas. No texto *Les mots du discours*, Ducrot (1980), a partir do filósofo Duhem, para quem os fatos de hoje vêm de teorias de ontem, defende que as hipóteses externas de uma teoria são as concepções de linguagem prévias que a sustentam. No caso da Semântica Argumentativa, vemos como hipótese externa, por exemplo, a noção de língua saussuriana, vinculada à ideia de relação e de valor, conforme a breve exposição sobre a concepção de *língua* em Saussure na seção 1.1. Já as hipóteses internas envolvem as noções próprias desenvolvidas em um quadro próprio proposto pela Semântica Argumentativa. Assim, as hipóteses internas alicerçam-se nas externas.

Nesta seção, então, vamos nos centrar nas noções principais que fazem parte das hipóteses internas da Semântica Argumentativa. Para Cortivo-Lebler (2014, p. 33), a "[...] busca constante por um alinhamento entre aquilo que o autor qualifica como hipóteses externas e o que constitui as hipóteses internas fizeram com que a ANL assumisse diferentes formas ao longo de seu desenvolvimento...". Assim, no caso da Semântica Linguística, Ducrot (1987, p. 57-58) explica que "os fatos, diante dos quais

o linguista adotará a atitude de observador, serão os atos de enunciação, e as interpretações que os falantes devem lhes atribuir”. Nesse caso, o trabalho do linguista será o de construir uma teoria que possa explicar essas possibilidades de atribuição de sentido do falante. A construção teórica capaz de descrever os fenômenos observáveis supõe introspecção e elaboração de um modelo explicativo para dar conta de como os falantes atribuem sentidos aos enunciados oriundos de enunciações. As hipóteses internas propostas pela Teoria da Argumentação na Língua permitem aos semanticistas reproduzir/explicar tais fenômenos.

O trecho a seguir, em que Ducrot (1987) fala sobre o valor semântico dos enunciados enquanto hipótese interna de sua proposta semântica de produção científica, confirma as pontuações que acabamos de estabelecer:

Nós consideramos a descrição semântica de uma língua como uma máquina suscetível de fazer corresponder a cada enunciação (isto é, a cada emprego de um enunciado em uma situação) o sentido que os sujeitos falantes, de fato, atribuem-lhe. (DUCROT, 1987, p. 56)

É importante notar, fazendo essas considerações, que para a Teoria da Argumentação na Língua, a língua é, pois, uma entidade teórica que subjaz ao enunciado/discurso entidade observável, cujos sentidos também podem ser explicados a partir de noções teóricas. Por isso, Ducrot (1990) propõe uma visão de língua enquanto conjunto de entidades abstratas (as frases) com instruções de significação que possibilitam a descrição de sentidos nos enunciados/discursos (entidades concretas).¹⁴ A enunciação, para o semanticista, é o processo de passagem do abstrato ao concreto. Por isso, define enunciação como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado.” (DUCROT, 1987, p. 168). Essa atividade, para Ducrot, envolve o sujeito falante, ser empírico que está na origem da atividade psico-fisiológica implicada na produção do enunciado. Essa figura, segundo Ducrot, não interessa para a descri-

¹⁴Ducrot (1984) defende, em texto presente na *Enciclopédia Einaudi*, que frase e enunciado, respectivamente atrelados ao abstrato e ao concreto, fazem parte do nível elementar da descrição linguística, enquanto texto e discurso, respectivamente atrelados ao abstrato e ao concreto, fazem parte do nível complexo da descrição linguística. Em nosso estudo, estamos considerando enunciado e discurso em suas semelhanças, porque ligados ao observável da língua. A distinção de níveis (elementar e complexo) não entrará em nossa discussão. Também não operacionalizaremos com a distinção texto/discurso.

ção do sentido. Interessa-se, sim, pelo locutor, pois é quem assume a responsabilidade pela produção do enunciado. Já o alocutário é quem está na recepção desse enunciado.¹⁵

O axioma "a argumentação está língua", como uma hipótese interna transversal à Semântica Argumentativa, assume grande importância na perspectiva para a construção de outras noções a ele atrelados. No axioma, está a ideia de que a própria língua contém instruções de significação em suas frases que possibilitam a atribuição de sentidos aos enunciados. Nesse caso, a argumentação não é algo que se acrescenta, a partir de uma exterioridade aos enunciados, mas algo constitutivo da língua, questão importante pontuada por Ducrot (2005):

[...] as palavras empregadas indicam o que se deve procurar e como se deve procurar no ambiente "real" para constituir o quadro dentro do qual o discurso deverá ser interpretado, e que não preexiste à fala *enquadrada* nele. Mais exatamente, o que preexiste à fala é uma situação sem limites e sem estrutura: a fala traz com ela os limites e os pontos de vista que tornam essa situação utilizável para a interpretação. (DUCROT, 2005, p. 14-15, grifos do autor).

Na primeira conferência de Cali, Ducrot (1990) explica que a Semântica Argumentativa, considerada Semântica Linguística, surge como uma alternativa que se opõe à noção tradicional de argumentação, atrelada aos fatos da realidade, conforme a argumentação retórica supõe; e lembra que seu olhar sobre a língua está voltado para a possibilidade de estudar a significação das entidades linguísticas a partir do valor que recebem em razão das relações que estabelecem entre si. Desse intuito depreende-se que uma concepção ducrotiana de língua está desde o princípio, vinculada à Semântica. Barbisan (2013) reforça essa posição de Ducrot:

A Semântica Argumentativa [...] estuda o sentido construído pelo linguístico. [...] Não se trata, pois, de estudar a relação entre o sentido de uma palavra e a informação que a palavra dá sobre a realidade, nem sobre uma realidade psicológica, nem sobre condições de verdade. (BARBISAN, 2013, p. 21).

Com efeito, trata-se de um sentido linguístico que se produz no discurso a partir de instruções presentes na língua. Por isso, em uma visão ducrotiana, frase (língua) e enunciados/discursos (uso) estão em interdependência e fundamentam a ideia de a

¹⁵ Não trataremos da figura enunciativa de enunciador em nosso estudo, porque não abordaremos em nossa reflexão e não operaremos em nossas análises com a noção de *polifonia*.

Semântica Argumentativa ser uma Semântica Linguística. Assim, o autor descarta a ideia de relação objetiva/denotativa entre língua atualizada em enunciados e realidade extralinguística, pois há aspectos subjetivos e intersubjetivos implicados na relação, conforme palavras do semanticista:

Não creio que a linguagem ordinária possua uma parte objetiva nem tampouco creio que os enunciados da linguagem dão acesso direto à realidade; em todo caso, não a descrevemos diretamente. A meu modo de ver, se a linguagem ordinária a descreve, faz isso por intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. A maneira como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos. (DUCROT, 1990, p. 50, tradução nossa)¹⁶.

Por isso, é importante pontuar que a noção de sentido, em Ducrot (1990), é diferente da concepção tradicional de sentido, porque não apresenta distinção entre instruções objetivas, subjetivas e intersubjetivas, como comumente ocorre em outras teorias semânticas.

Considerando as relações língua (frase e significação) e uso (enunciados/discursos e sentido), passemos a situar tais noções. A noção de frase é muito importante para se compreender o que é língua, pois Ducrot (1990, p. 56) define língua como “um conjunto de frases” e diz “descrever uma língua é descrever as frases dessa língua e para que essa descrição seja interessante deve ser sistemática”. Ou seja, para se compreender o que é a língua, é preciso estudar, de modo sistemático, as diferentes maneiras de configuração de uma frase já que, para Ducrot (1990, p. 56), “a descrição de uma frase consiste no cálculo de seu valor semântico”.

A ‘significação’ está no nível abstrato ligada à frase, constituída a partir de um construto teórico e diz respeito às instruções semânticas desse nível abstrato (frase), que carregam indicações para a atribuição de sentidos e orientações de continuidade discursiva. O sentido, por sua vez, está relacionado ao nível concreto, no qual se situam o enunciado e discurso, caracterizados como algo observável e, por isso, seus sentidos são constituídos pelas entidades linguísticas, que carregam instruções de

¹⁶No original: "No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente. A mi modo de ver, si el lenguaje ordinario la describe, lo hace por intermedio de los aspectos subjetivo e intersubjetivo. La manera como el lenguaje ordinario describe la realidad consiste en hacer de ella el tema de un debate entre los individuos" (DUCROT, 1990, p. 50).

significação das frases (da língua). De acordo com Ducrot (1990), dizer que a significação está relacionada à frase e que o sentido está relacionado ao enunciado é uma decisão arbitrária, puramente metodológica e terminológica, usada pelos linguistas filiados à semântica argumentativa para que possam tratar da maneira como o sentido de um enunciado se constrói fazendo uso do conceito de significação.

Significação e sentido têm diferenças de quantidade e de qualidade. Por estarem no nível concreto, muitos elementos dos sentidos dos enunciados/discursos não fazem parte das indicações semânticas da frase. Considere (1)

(1) 'O dia não está bonito. Nosso voo estará atrasado'.

Esse enunciado carrega uma série de sentidos relacionados ao momento em que o discurso foi produzido, por exemplo: (a) o dia não está bonito no momento em que se produziu (1) e no lugar em que os interlocutores de (1) se encontram, o voo que não deve se atrasar vai decolar com passageiros entre os quais se encontram os interlocutores de (1) etc. Em resumo, indicações de ordem pragmática podem ser verificadas no âmbito do enunciado, mas só podem ser descritas pela frase na medida em que se compreende que as palavras "dia", "nosso" e "não" carregam instruções que a língua oferece a seus falantes para que possam fazer referência a elementos extralinguísticos. A significação da frase, por sua vez, trata-se de "um conjunto de instruções, de diretivas que permitem interpretar os enunciados da frase" (DUCROT, 1990, p. 58). Para que se possa perceber quais são as instruções necessárias para a interpretação de um enunciado, faz-se necessário "buscar qual é a conclusão que o locutor tinha em mente quando produziu esse enunciado" (DUCROT, 1990, p. 58).

Essa máxima ducrotiana terá, certamente, influência na maneira como se descreve a língua e como se descreve a gramática dessa língua. Afinal, considerando que a significação faz parte da língua, porque está no nível da frase, para que possa descrever a língua, o linguista deverá verificar as instruções para a constituição de sentidos nos enunciados. Essas instruções constituem a significação, tornando possível a atribuição de sentidos às entidades linguísticas presentes nos enunciados.

Ducrot (1990) evidencia que o sentido de um enunciado é atribuído quando as indicações semânticas da frase são observadas, por isso explica que o sentido é sempre fechado, porque ligado aos limites do enunciado/discurso, enquanto a significação é aberta, porque é de natureza instrucional, abrindo possibilidades de compreensão,

que requerem o contexto linguístico (enunciado/discurso). Em outras palavras, diz-se que a “significação indica simplesmente o trabalho que se deve fazer para compreender o enunciado” (DUCROT, 1990, p. 58). Voltando novamente o olhar ao discurso (1):

(1) O dia não está bonito. Nosso voo estará atrasado.

Compreender o valor semântico do segmento ‘o dia não está bonito’ no enunciado (1) requer relacioná-lo com o segmento ‘Nosso voo estará atrasado’, que carrega a relação argumentativa entre “dia bonito” e “voo no horário”. O tema de debate entre locutor e alocutário, ligada a essa relação argumentativa, aponta para possibilidades de continuidade discursiva com sequências como “podemos sair mais tarde de casa em direção ao aeroporto”. Portanto, pode-se afirmar que indicações previstas pelo locutor, quando produz um enunciado, dão, também elas, indicações de como o sentido se constrói e de como orienta para o alocutário continuar o discurso.

Ademais, para poder explicar em que consiste o cálculo do valor semântico de um enunciado a partir das indicações da frase, é preciso compreender como diferentes segmentos se relacionam para construir sentidos e como o locutor, responsável pelo discurso, combina palavras para possibilitar a continuidade discursiva de outro. Os enunciados (2) e (3) também servem de exemplos para essa explicação.

(2) Os estudantes são esforçados, irão bem na prova.

(3) O dia está com sol, vamos caminhar.

De acordo com Ducrot (1990), ambos os enunciados são utilizados por um locutor como tema de um debate e, portanto, as indicações aparentemente objetivas que apresentam carregam, na verdade, exemplos de uma visão subjetiva do universo ontológico, e convocam o outro a entrar nesse debate, constituindo o aspecto intersubjetivo, pois, conforme Ducrot (1990, p. 14), “falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade”. Assim, o enunciado (2) é elaborado por um locutor que faz um recorte da realidade tal como a enxerga, neste caso um recorte em que se destaca o esforço dos estudantes para que possam ir bem na prova, colocando em relação “esforço” e “boa avaliação”, possibilitando ao

interlocutor continuidade discursiva como “quem se esforça tira nota boas”. Já o enunciado (3) coloca em relação “sol” e “caminhar”. Portanto as palavras de um enunciado são organizadas de tal maneira que ele orienta para o sentido que o locutor pretende construir para o outro dar continuidade.

Da mesma maneira, o segmento do enunciado (3) ‘O dia está com sol’ apresenta, aparentemente, uma visão descritiva da realidade que é, ao mesmo tempo, subjetiva e intersubjetiva, porque o locutor manifesta a sua apreensão argumentativa dessa realidade para argumentar em favor da relação entre “dia de sol” e “caminhada”. Para Ducrot (1990), o que importa nesta descrição é que o ‘valor argumentativo’ orienta esse enunciado/discurso para uma continuação e não para outra.

Ducrot (1990, p. 31) lembra que "o valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso". Vemos, com isso, uma espécie de rede conceitual de termos e noções na Semântica Argumentativa atrelados um em outros. Com efeito, valor argumentativo e orientação argumentativa vinculam-se na reflexão ducrotiana. Assim, o valor argumentativo e a orientação argumentativa contêm, portanto, a unificação de aspectos subjetivo e intersubjetivo e mostram como a Semântica Argumentativa concebe a intersubjetividade inscrita na linguagem e sua recusa à ideia de que as palavras nos enunciados estabelecem relação objetiva e direta com a realidade.

Na expressão “semântico-discursiva”, usada nessa perspectiva teórica, o termo “discursivo” está relacionado à ideia de que o sentido de um enunciado acontece no âmbito do discurso, isto é, nas relações estabelecidas entre enunciados. Assim, um estudo sobre o funcionamento gramatical de uma língua que se diz semântico-discursiva precisará descrever de que maneira as relações de sentido se estabelecem. Vejamos novamente o enunciado (1):

(1) O dia não está bonito. Nosso voo estará atrasado.

Ducrot (1990) ensina que quando um segmento s1 discursivo tem seu sentido somente a partir de outro segmento s2, então ambos constituem um único enunciado. O enunciado (1), por exemplo, apresenta dois segmentos:

s1 – O dia não está bonito.

s2 – Nosso voo estará atrasado.

Verifica-se em (1) que, ao elaborar o segmento s1 “O dia não está bonito” e colocá-lo em relação com s2 “Nosso voo estará atrasado, locutor apresenta uma apreensão subjetiva da realidade para orientar seu interlocutor, por exemplo, a permanecer em casa até mais tarde antes de sair em direção ao aeroporto. Assim, o segmento s1 carrega um sentido que se constrói na relação com s2, o qual permite a conclusão, nesse contexto: “Não se preocupe com o horário”. Como o sentido desses segmentos só é possível de ser percebido pelas relações que estabelecem entre si, diz-se que há apenas um enunciado.

Como já abordado, conforme Ducrot (1990), o conceito de significação está relacionado à ideia de que um segmento como s1, por si só, não comporta uma indicação completa de sentido, afinal, apenas com as indicações de ‘O dia não está bonito’, não se pode identificar as razões pelas quais o locutor produziu tal enunciado, nem determinar com certeza o que significa exatamente ‘O dia não está bonito’. Considerando-se sua função argumentativa, o que se pode dizer é que o segmento s1 apresenta uma significação que orienta para uma continuação e que essa orientação dá instruções para o locutor sobre a maneira como o seu discurso pode ser continuado.

Desse modo, a noção de argumentação como constitutiva da língua está atrelada às noções de *relação argumentativa*, *valor argumentativo* e *orientação argumentativa*, que precisam ser pensadas nos enunciados/discursos em relação ao responsável por essa realização, o locutor, e em relação a quem se dirige. Assim, a noção de valor argumentativo envolve diferentes aspectos, entre eles, conforme Barbisan (2013, p 20): “relação entre entidades lexicais, entre enunciados e entre locutor e alocutário”.

O construto teórico que corresponde à *língua* nos termos recém definidos é composto por frases (entidades abstratas) com instruções de significação que fazem referência a noções discursivas como a de ‘locutor’, de ‘enunciado’, de ‘orientação argumentativa’, de ‘valor argumentativo’ etc., as quais possibilitam a descrição de sentidos nos enunciados/discursos (entidades concretas), respeitando a natureza discursiva da língua. Essa natureza foi destacada Saussure (2002), em sua *Nota sobre o discurso*, conforme trechos a seguir: “a língua só é criada em vista do discurso” (SAUSSURE, 2002, p. 237) e “a língua realiza, anteriormente [antes de ser empregada no discurso], apenas conceitos isolados que **esperam ser postos em relação** entre si para que haja significação de pensamento” (SAUSSURE, 2002, p. 237, grifos nossos).

Em outras palavras, a Semântica Argumentativa inclui elementos constitutivos da língua e constitutivos do discurso em sua descrição, o que faz com que sua visão de língua se atrele a uma concepção enunciativo-argumentativa que vincula sistema e uso. Como a significação contém instruções que nos permitem compreender o valor semântico do enunciado, já que ajuda a instaurar uma série de relações entre as entidades linguísticas, então podemos tomar todos esses conceitos como constitutivos da proposta da Teoria da Argumentação na Língua como uma das teorizações da Semântica Argumentativa.

Por fim, para que se compreenda a descrição da semântica argumentativa pela ideia de interdependência semântica, faz-se necessário apresentar a Teoria dos Blocos Semânticos (doravante, TBS). A noção de *interdependência semântica* atrela-se a outras: a de *encadeamento* e a de *aspecto argumentativos*.

Carel e Ducrot (2005) explicam que a TBS é uma radicalização do saussurianismo à semântica argumentativa. Afinal, essa teoria permite aos semanticistas explicarem a língua recorrendo à própria língua. Inspirados na máxima saussuriana de que o sentido de um signo está nas relações que ele apresenta com os outros signos da língua, Carel e Ducrot (2005) propõem que o sentido de um segmento de enunciado também se define pelas relações que esse segmento estabelece com o discurso em que está inserido. Ou seja, o sentido, tal como concebido pela TBS está constituído pelos discursos que uma entidade linguística evoca.

De acordo com Carel e Ducrot (2005), nem todas as relações entre os signos são pertinentes para a constituição do sentido, mas somente as relações argumentativas, isto é, os encadeamentos argumentativos. Em um enunciado como (1) “O dia não está bonito. Nosso voo estará atrasado” existem várias relações que se estabelecem entre as palavras. Entre outras, pode-se citar a relação entre o adjetivo “bonito” e o substantivo “dia”, palavras que concordam em gênero e número, entretanto este tipo de relação **não é argumentativa** e, por isso, **não é suficiente para a construção do sentido** ou, pelo menos, para a explicação do sentido em sua totalidade.

Por outro lado, percebe-se que o segmento ‘O dia não está bonito’ estabelece um vínculo semântico com o segmento ‘Nosso voo estará atrasado’ de modo que a compreensão do que cada um dos dois segmentos significa depende da análise da relação que ambos estabelecem entre si. A esse fenômeno se dá o nome de *interdependência semântica*. Essa interdependência estabelece a relação entre ‘neg-dia bonito’ e ‘voo atrasado’.

Um olhar atento para o que diz cada um dos dois enunciados permite que se enxergue neles uma mesma estrutura subjacente: o *encadeamento argumentativo*. Conforme Ducrot (2005), o sentido de uma entidade linguística está constituído por certos discursos que essa entidade linguística evoca. Tais discursos é o que a teoria considera encadeamento argumentativo, esquematizado por X CON Y, em que X e Y se relacionam semanticamente por meio de um conector argumentativo. Um enunciado como “Pedro é prudente, não sofrerá acidente”, poderá ser descrito pelo seguinte encadeamento “Pedro é prudente, portanto não sofrerá acidente”. Ducrot (2005) aborda dois tipos de encadeamentos: os *normativos* (em DONC/DC, equivalente a PORTANTO no português) e os *transgressivos* (em POURTANT/PT, equivalente a NO ENTANTO no português).

À formalização de um encadeamento argumentativo, dá-se o rótulo de *aspecto argumentativo*. Nesse caso, os conectores DONC (DC) e POURTANT (PT) são protótipos teóricos, que estarão implicados nos encadeamentos ainda que não estejam explicitados no emprego. Esses dois tipos de argumentação, para Ducrot (1999), condensam as diferentes relações presentes nos encadeamentos (conclusivas, explicativas, opositivas etc.). Nesse caso, um encadeamento é formalizado como X CON Y. De acordo com o tipo de relação, se transgressiva é formalizado como X PT Y; se normativa, como X DC Y. Nesse caso, exemplos como o apresentado por Ducrot (2005), adaptados em nosso estudo, podem ser assim concebidos:

(5) “Há um verdadeiro problema, posterguemos o assunto”

Temos em (5) um encadeamento (“Há um verdadeiro problema, portanto/donc posterguemos o assunto”), que pode ser formalizado como “problema DC postergar”. Essa formalização, concebida como “aspecto”, ao atualizar esse aspecto no encadeamento, carrega outros a ele relacionados por diferentes relações: conversão, transposição e reciprocidade. Na conversão, tem-se o aspecto “problema PT neg-postergar”. O recíproco envolveria “Neg- problema PT postergar” e o transposto envolveria o aspecto “neg-problema DC neg-postergar”.

Percebe-se que a estrutura X CON Y é formalizada por diferentes aspectos que condensam o bloco semântico “dificuldade e postergar”. Esse bloco manifesta a *interdependência semântica* constitutiva entre os segmentos. O quadro 3 mostra essas noções:

Quadro 3 – Encadeamento, aspectos e bloco

Enunciado/discurso: Há um verdadeiro problema, posterguemos o assunto.

Encadeamento subjacente ao enunciado:

Há um verdadeiro problema donc (DC) posterguemos o assunto.

Aspectos do encadeamento:

problema DC postergar

problema PT neg-postergar (converso)

neg-problema PT postergar (transposto)

neg-problema DC neg-postegar (recíproco)

Bloco:

Interdependência entre *problema e postergar*

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

No quadro 3, representado acima, nota-se que o discurso (5) está constituído por um encadeamento que traz quatro aspectos argumentativos. Vemos, assim, que conforme Carel e Ducrot (2005), as relações normativas se estabelecem por meio de conectores do tipo PORTANTO (DONC do francês) e as relações transgressivas, com conector do tipo NO ENTANTO (POURTANT do francês). Nos enunciados, esses conectores normativos e transgressivos podem se manifestar por meio de conjunções, consideradas, como veremos adiante, articuladores na teoria, ou simplesmente não aparecerem explicitamente. Com efeito, as relações normativas e transgressivas, como já explicitamos, são realizadas por protótipos teóricos, respectivamente, "portanto" do português ou "donc" do francês, representado nas descrições por DC, ou "no entanto" do português ou "pourtant" do francês, representado nas descrições por PT.

No caso do discurso (5), o enunciado não apresenta um conector explícito, mas há uma relação argumentativa entre os segmentos que permite estabelecermos um determinado tipo de interdependência semântica ligado a um encadeamento normativo, representado abstratamente por DC (donc do francês).

Por meio da noção de *aspecto argumentativo*, a Teoria dos Blocos Semânticos radicaliza a ideia de argumentação na Língua à medida que torna possível descrever o sentido do enunciado sem recorrer à realidade. Em termos linguísticos, os conectores PT e DC possibilitam, assim, tanto a descrição semântica de discursos em que “problema” seja um motivo para postergar o assunto como a descrição de discursos em que embora, o locutor admita a proposição “problema”, não a assuma como argumento para postergá-lo.

Além das quatro relações estabelecidas no quadro 3 para compor a interdependência semântica entre “problema” e “postergar”, a Teoria dos Blocos Semânticos prevê a possibilidade de constituição de outros quatro aspectos em outro bloco. Neste outro bloco, as relações entre A e B e seus conectores serão de outra natureza, conforme se pode verificar no quadro 4:

Quadro 4 – Bloco semântico 2

Encadeamento subjacente ao enunciado:

Há um verdadeiro problema DC não posterguemos o assunto.

Aspectos do encadeamento:

problema DC neg-postergar

problema PT postergar (converso)

neg-problema PT neg-postergar (transposto)

neg-problema DC postergar (recíproco)

Bloco:

Interdependência entre *problema* e *não postergar*

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A partir dos quadros 3 e 4 e das reflexões de Ducrot (2005) vemos que, em cada bloco, o sentido para “problema” não é o mesmo. No enunciado 3, trata-se de “problema” como questão difícil de ser resolvida e, no enunciado 4, o sentido de “problema” envolve uma questão urgente de ser resolvida. Com isso, Ducrot (2005) defende que o sentido de cada entidade linguística se constitui pela interdependência semântica de seus segmentos.

Como abordado anteriormente, é possível estabelecer oito tipos de relação entre os segmentos. Na figura três estão representadas quatro possibilidades de relação entre A e B. No quadro 4, a interdependência semântica entre os segmentos é diferente da interdependência apresentada no quadro 3. Assim, enquanto no quadro 3, “problema” corresponde à “questão difícil”, no quadro 4, “problema” corresponde à “questão urgente”.

Diante da revisão teórica até agora apresentada, pode-se dizer que as relações argumentativas entre as palavras são o foco da semântica linguística, pois é por meio dessas relações que os semanticistas buscam explicar a construção do sentido. Con-

sideramos as noções que são fundamentos da Semântica Argumentativa para, na sequência do estudo, trazer uma reflexão sobre a relevância das relações argumentativas para o estudo gramatical do léxico.

Como a Semântica Argumentativa se propõe a explicar os sentidos dos enunciados sem considerar elementos de natureza extralinguística, então é preciso partir do princípio de que não há nada antes da língua, ou seja, é preciso desconsiderar a realidade de que falam os discursos, mas pensar na realidade produzida argumentativamente no discurso. Neste caso, para se descrever o valor semântico das palavras, é adotado o conceito de valor ou ainda de relação: as palavras são colocadas em relação no discurso e a partir daí tomam o seu sentido.

Para a Teoria dos Blocos Semânticos, o sentido de um enunciado é a continuidade de discursos que esse enunciado evoca, isto é, os encadeamentos em **POR-TANTO** (*donc* do francês) ou **NO ENTANTO** (*pourtant* do francês) que esse enunciado pode estabelecer com outros. Ao assumirem esse ponto de vista, Carel e Ducrot (2005, p. 13) comprovam que “a argumentação não se agrega ao sentido, mas constitui o sentido”.

Um estudo gramatical do léxico permite que se caracterize a ocorrência de uma entidade lexical por suas possibilidades de combinação com outras entidades no encadeamento do discurso. Para tanto, é preciso analisar as partes que se relacionam em um encadeamento e as maneiras como essas partes podem se relacionar. Ou seja, o que pode seguir (considerando A em relação a B) ou proceder (considerando B em relação a A) um encadeamento.

Concordamos com Ducrot (1999) quando ele diz que a relação argumentativa pode, portanto, servir de base a um estudo semântico que dê conta de outras relações, porque, como mostramos via alguns exemplos, o estudo das relações argumentativas entre as unidades linguísticas possibilita que se compreenda fenômenos linguísticos da língua em uso.

Na sequência do capítulo, essas noções apresentadas nesta seção comparecerão para desenvolvermos nossa reflexão sobre o léxico a partir do estudo funcionamento argumentativo das palavras plenas e instrumentais.

2.2 Uma classificação semântica do léxico: a proposta de Ducrot (2002)

Nesta seção, apresentaremos reflexões sobre o texto “Os internalizadores”, de Oswald Ducrot (2002), procurando mostrar a maneira como o autor propõe a classificação semântica das palavras para, no capítulo 3, analisarmos e refletirmos sobre o funcionamento gramatical do léxico em usos do português brasileiro.

Pois bem, nesse artigo, Ducrot expõe a possibilidade de se classificarem as palavras da língua a partir de critérios semântico-enunciativo-argumentativos. Por se tratar de uma análise linguística no nível da palavra, Ducrot (2002) esclarece que seu trabalho está vinculado à microssemântica, mas sem deixar jamais de estar também vinculado à macrossemântica, afinal sua descrição do sentido considera sempre o discurso (conforme seção 2.1). Já mencionamos que o sentido de uma entidade linguística se constitui dos discursos que essa entidade evoca.

Para Ducrot (2002), portanto, somente o discurso pode ser doador de sentido. Entretanto, não são todos os discursos que são levados em consideração para a descrição do sentido de um enunciado. Como vimos, a Semântica Argumentativa considera para análise somente os encadeamentos argumentativos, concebidos como normativos e transgressivos. Esses encadeamentos são formalizados em diferentes aspectos, os quais, conforme Ducrot (2002), podem ser associados a entidades linguísticas de modo interno ou externo.

Mais duas noções, portanto, são importantes para a reflexão aqui apresentada sobre a construção do sentido na classificação das palavras: as de argumentação interna e de argumentação externa.

A argumentação interna (AI) envolve o encadeamento que parafraseia uma entidade lexical. Assim, o termo “prudente” pode ser parafraseado por “Se há perigo, toma-se precaução”, que pode ser formalizado pelo aspecto “perigo DC precaução”, pois sempre que se atribui a característica de ser prudente a alguém se tem em mente que, diante de algum risco, essa pessoa toma precaução.

Já a argumentação externa (AE) expressa discursos a partir da entidade lexical, que podem vir à direita ou à esquerda:

- (a) “Paulo foi prudente, por isso não correu perigo.” (AE à direita)
- (b) “Paulo não correu perigo, porque foi prudente” (AE à esquerda)

A argumentação externa acontece sempre que uma palavra em análise, no caso de “prudente”, faz parte de um dos segmentos do aspecto. Assim, no enunciado “Paulo foi prudente, por isso não correu perigo” tem-se para ‘prudente’ a argumentação externa à direita ‘prudente DC neg-perigo’, já que o segmento “prudente” faz parte do aspecto apresentado.

As relações argumentativas, que ocorrem no âmbito do discurso, são fundamentais para a classificação das palavras proposta por Ducrot (2002). O semanticista propõe a divisão das palavras em dois grandes grupos: palavras plenas (às quais podem ser atribuídas AI e/ou AE) e palavras instrumentais (às quais não se pode atribuir nem uma AI nem uma AE). Apesar de não se poder atribuir AI nem AE às palavras instrumentais, Ducrot (2002, p. 11) lembra que “isso não significa, é claro, que seu valor semântico seja estranho à ordem do discursivo. Simplesmente, esse valor se define em relação a discursos que não lhes são propriamente ligados”. Além disso, as palavras instrumentais podem ser divididas em subclasses. Ducrot (2002) chama a atenção para o fato de que retomará as duas grandes categorias da terminologia tradicional, “mas redefinindo-as no âmbito de nossa teoria discursiva do sentido, com o risco de não tomar exatamente os mesmos elementos.” (DUCROT, 2002, p. 10).

O quadro 5 a seguir apresenta, *ipsis litteris*, um esboço proposto por Ducrot (2002, p. 11), o qual ilustra a classificação das palavras proposta pelo semanticista:

Quadro 5 – Esboço da classificação das palavras proposto por Ducrot (2002)

Palavras plenas (*prudente*)

Palavras instrumentais

A. Conectores (*donc...*)

B. Articuladores (*mas...*)

C. Operadores

a. Modificadores (*pouco, um pouco, muito, certos empregos de demais, fácil no sintagma problema fácil...*)

b. Internalizadores (outros empregos de *demais* quase todos os empregos de *em vão...*)

Falemos, pois, sobre as especificidades de cada subclassificação para que possamos a seguir, no capítulo 3, apresentar a proposta de análise e estudo do léxico do português brasileiro pela Semântica Argumentativa.

A primeira subclasse das palavras instrumentais listada por Ducrot (2002) é a dos conectores. Por definição, os conectores são elementos linguísticos que têm a função de formar os encadeamentos argumentativos. Como referimos, eles podem ser ou do tipo DONC (portanto) ou do tipo POURTANT (no entanto). Conectores são construtos teóricos de base que semanticistas filiados a essa perspectiva utilizam para poder explicar a construção do sentido. Conectores, então, estão em um nível teórico.

Já os articuladores, para Ducrot (2002), estão no nível do enunciado para o locutor explicitar relações entre os segmentos. Por isso, Ducrot (2002, p.11) diz que “sua função [dos articuladores] é de comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem”.

Os operadores, terceira subclasse listada por Ducrot (2002), são elementos linguísticos capazes de reorganizar os constituintes semânticos de outro termo. Ora, entre esses constituintes semânticos estão os encadeamentos e os aspectos que se pode atribuir às AI e AE desse termo. Retomamos as palavras de Ducrot na definição de operador:

Entendemos por “operador” uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido é constituído de aspectos contendo só as palavras plenas já presentes na AI e na AE de X. Em outras palavras, o operador só combina de um modo novo, arranja, reorganiza os constituintes semânticos de X. (DUCROT, 2002, p, 11).

Por exemplo, considerando-se que normalmente a palavra “atrasado” é utilizada para qualificar algo ou alguém que não cumpriu determinada ação em certo período de tempo que era esperado, pode-se dizer que a argumentação interna de “atrasado” carrega o encadeamento “tempo esperado PT neg-cumprimento”. Então, em um enunciado como “Pedro está atrasado” depreende-se que Pedro descumpriu o prazo esperado para a execução de determinada ação. Nesse caso, podemos imaginar que Pedro sofrerá alguma consequência por ter descumprido o prazo. Assim, podem ocorrer discursos em que “atrasado” tenha uma argumentação externa favoráveis à punição de quem se atrasa, conforme podemos perceber em (a)

(a) Pedro está atrasado, portanto não terá seu trabalho corrigido.

Neste exemplo, vemos uma argumentação externa à direita favorável à punição de Pedro, a qual pode ser formalizada pelo encadeamento “atrasado DC neg-correção”. Pois bem, acontece que existem palavras como *pouco*, *muito* ou ainda *em vão*, as quais reorganizam os constituintes semânticos de “atrasado” se forem colocadas em um mesmo sintagma. Veja:

(b) Pedro está muito atrasado. Não terá seu trabalho corrigido.

(c) Pedro está pouco atrasado. Ainda pode ter seu trabalho corrigido.

Tanto em (b) como em (c), observamos a presença do termo “atrasado”, todavia em (b) percebemos que a orientação argumentativa do enunciado leva à conclusão de que Pedro deve ser penalizado pelo seu descumprimento do prazo; enquanto em (c) essa orientação argumentativa não se mantém e o enunciado (c) conduz à ideia de que Pedro não precisa ser penalizado a ponto de não ter seu trabalho corrigido. Em termos semântico-argumentativos, podemos dizer que, em uma escala em que a penalidade máxima seja a impossibilidade de ter o trabalho corrigido e a penalidade mínima seja um desconto no grau atribuído ao trabalho, o operador “muito” orienta para a penalidade máxima, enquanto o operador “pouco” orienta para a penalidade mínima, tendo um valor negativo por negar a penalidade máxima. Veja os encadeamentos que formalizam a relação entre “atrasado” e “correção”:

(b) Pedro está muito atrasado. Não terá seu trabalho corrigido.

atrasado DC neg-correção

(c) Pedro está pouco atrasado. Ainda pode ter seu trabalho corrigido.

atrasado PT correção

Por meio dessa formalização, notamos que a presença de operadores como “muito” ou “pouco” reorganiza a relação do termo “atrasado” com os aspectos que constituem sua AI e, com isso, acarretam também modificações na AE. Em outros casos, operadores desse tipo¹⁷ podem ainda modificar a própria argumentação interna de um elemento.

¹⁷ Como “muito” e “pouco” são operadores modificadores envolve a AI de X e reorganização em XY.

No caso do português brasileiro, como vimos, existem formas usadas para indicar o descumprimento de um prazo e cuja argumentação interna foi descrita como “tempo esperado PT neg-cumprimento”, trata-se de “atrasado”. Note que o emprego de operadores modificadores a esse vocábulo faz com que suas argumentações passam a ser organizadas de modo novo, conforme ilustra o quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – argumentações internas do vocábulo “atrasado” com e sem modificador

Palavra	Argumentação interna	Sintagma com modificador	Argumentação interna
Atrasado	tempo esperado PT neg-cumprimento	pouco atrasado	Neg-tempo esperado PT cumprimento

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

No exemplo do quadro 6, percebe-se que o segundo aspecto “neg-tempo esperado PT cumprimento” é uma reorganização do primeiro “tempo esperado PT neg-cumprimento”, de forma que, como vimos em (c), “pouco atrasado” acaba sendo uma negação atenuada de atrasado, daí a orientação para a correção do trabalho, defendida pelo locutor de (c). Palavras desse tipo, que tem por função reorganizar os mesmos constituintes semânticos de um vocábulo, são chamados por Ducrot (2002) *de modificadores*. Ducrot define um operador como modificador da seguinte maneira:

Uma palavra instrumental é dita “modificador” em relação a uma palavra X se a AI do sintagma XY é feita só com palavras plenas contidas na AI de X: assim, pois Y não introduz nenhum termo pleno novo nos aspectos que constituem a AI de X: ele se contenta em reorganizá-las, combinando de um modo novo com os conectores e a negação. (DUCROT, 2002, p. 12, aspas do original).

Como exemplos de modificadores, Ducrot traz “pouco” (“Pouco prudente”), “fácil” (“problema fácil”) e “afastado” (“parente afastado”). Vemos que, na descrição de modificadores, aparecem somente a reorganização de aspectos, com mudança de conector e/ou negação, mas as palavras plenas do aspecto se mantêm.

Passemos agora a falar sobre a última subclasse das palavras instrumentais apresentadas por Ducrot (2002), relacionada aos operadores: os internalizadores. Esses outros operadores caracterizam-se por integrar, à AI de um sintagma, palavras plenas

relacionadas à AE de uma das entidades lexicais pertencentes ao sintagma. Vejamos como Ducrot define o termo internalizador:

Pode-se prever um outro tipo de operador, que integraria à AI de XY palavras plenas relacionadas à AE de X: esses operadores garantiriam assim uma espécie de passagem entre AE e AI, o que permitiria ver uma certa relação entre os dois modos de argumentação, respeitando a sua dualidade. Essa eventualidade nos parece de fato realizada por uma categoria de palavras que isolamos sob o termo “internalizadores”, denominação que lembra a ideia de que a AE de X entra no interior da AI de XY. (DUCROT, 2002, p. 13, aspas do original).

O semanticista procura explicar os “internalizadores” transgressivos, que somente conservam o aspecto em PT, e os normativos que conservam o aspecto em DC. No primeiro caso, explora o exemplo “procurar em vão” e, no segundo caso, “prudente demais”. Vamos começar com uma reflexão sobre “procurar”, que pressupõe duas possibilidades – “encontrar” ou “não encontrar” – na medida em que são verificados discursos como:

(d) Eu procurei essa resposta. Está na página 20.

(e) Eu procurei essa resposta. Não está em parte alguma.

Pelos exemplos (d) e (e), percebe-se que podem ocorrer dois tipos de argumentações externas para procurar, quais sejam, “procurar DC encontrar” (conforme d) e “procurar PT neg-encontrar” (conforme e). Ducrot (2002, p. 13) explica que “se um aspecto em DC pertence à AE de uma expressão, o aspecto converso em PT lhe pertence também”. Pois bem, se construirmos um sintagma composto por “procurar” ao lado do internalizador “em vão”, perceberemos que os aspectos, ligados à argumentação interna de “procurar” (“procurar DC encontrar” e “procurar DC neg-encontrar”) atualizam, no sintagma “procurar em vão”, apenas um dos dois aspectos apresentados. Veja:

(f) *Eu procurei em vão essa resposta. Está na página 20.

(g) Eu procurei em vão essa resposta. Não está em parte alguma.

Os enunciados (f) e (g) mostram que a ocorrência de um internalizador no sintagma “procurar em vão” faz com que a argumentação interna desse sintagma contenha o aspecto “procurar PT neg-encontrar”. Isso é o que torna impossível a argumentação proposta em (f) e possível a proposta em (g).

Além dos internalizadores como “em vão”, que mantêm a argumentação externa em PT, existem outros que mantêm a argumentação externa em DC, é o caso da palavra “demais”. Veja:

(h) Pedro é honesto. Disse a verdade.

(honestidade DC verdade)

(i) Pedro é honesto, mas não disse a verdade.

(honestidade PT neg-verdade)

(j) Pedro é honesto demais. Disse a verdade.

(honestidade demais DC verdade)

(k) *Pedro é honesto demais, portanto não disse a verdade.

*(honestidade demais DC neg-verdade)

Nestes enunciados, percebe-se que o internalizador “demais” leva para a argumentação interna de “honesto demais” o aspecto “honestidade DC verdade”, motivo pelo qual é impossível a realização do enunciado (k). São chamados transgressivos os internalizadores que mantêm apenas o aspecto em PT, enquanto são normativos aquele que mantêm apenas o aspecto em DC.

Por meio dos exemplos analisados ao longo desta seção, foi possível perceber que é possível estudar e classificar as entidades lexicais da língua a partir de critérios semântico-discursivo-argumentativos e, principalmente, refletir sobre as relações de sentido que diferentes tipos de palavras produzem no uso. Na próxima seção, apresentamos uma breve reflexão sobre essa possibilidade, encaminhando o leitor para a proposta de análises a serem empreendidas no capítulo 3.

2.3 Síntese do capítulo e abertura para o estudo semântico-argumentativo do léxico em usos do português brasileiro

Quando as pessoas se apropriam da língua, o fazem colocando palavras em relação no seu discurso para, assim, construir um sentido. O sentido, então, tem grande relevância no emprego diário da língua. Por essa razão, Ducrot (2004) propõe que os linguistas se debruçam sobre a semântica, sem a qual as descrições linguísticas estariam incompletas.

Carel (2017, p. 3) lembra que “[...] falar consiste em construir um texto, em entrelaçar as palavras, em colocá-las em relação, ou ainda, em apresentá-las como se generalizando ou se exemplificando, ou em opô-las”. Ora, se o uso cotidiano da língua está diretamente relacionado ao objetivo de “fazer sentido” e esse sentido, pela natureza da língua como entendemos, só pode ser construído por meio da relação, percebemos que a argumentação, de fato, não pode ser negligenciada nas descrições gramaticais que se fazem sobre as línguas.

Concordamos com Carel (2017, p. 5) quando diz que “as palavras não são peças de madeira que nossos discursos reuniram em quebra-cabeças representando o mundo”, por isso defendemos que a argumentação (relações sistemáticas entre os elementos linguísticos), prevista pelo sistema linguístico e instaurada no discurso em razão do sentido, seja considerada no estudo gramatical que se faz atualmente sobre o português brasileiro. Nosso trabalho quer mostrar como fazê-lo com inspiração na reflexão sobre classificação do léxico proposta por Ducrot (2002).

Como vimos, as relações argumentativas pelas quais são formados encadeamentos em DC ou PT são constitutivas dos elementos linguísticos desde o nível da palavra. A descrição dessas relações certamente serve, portanto, para a constituição de uma gramática do sentido e para o estudo do léxico (c.f. seção 2.2). Ducrot (2002; 2004) textualmente estimula os estudiosos filiados à Semântica Argumentativa a seguirem esses dois caminhos. Sobre a gramática Ducrot (2004, p. 368) postula:

Não poderíamos esperar que se leve adiante, na seara do sentido, o programa saussuriano se não mostrássemos que os encadeamentos em DC e em PT que constituem o sentido das unidades linguísticas obedecem a regras sistemáticas. É o que desejamos fazer ao construir,

a partir das sequências em DC e em PT uma **espécie de gramática do sentido**¹⁸. (DUCROT, 2004, p. 368, grifo nosso)

Se as relações semântico-discursivo-argumentativas constituem, elas próprias, uma gramática, também podem e devem fazer parte dos estudos gramaticais. Propomos que o estudo gramatical do léxico do português brasileiro seja analisado a partir desta perspectiva. Vimos com Ducrot (2002) que essas relações argumentativas podem ser utilizadas para a classificação semântica de entidades lexicais da língua.

Certamente, embora não seja nosso objetivo neste estudo, olhar a língua desta perspectiva poderá subsidiar um ensino de língua materna preocupado com o desenvolvimento de habilidades discursivas. Nossa experiência profissional nos permite afirmar que a reflexão linguística centrada na argumentação é essencial para que os estudantes de língua materna possam refletir sobre o uso de sua língua, constituindo-se como produtores de textos e leitores qualificados dessa língua.

Vejamos, a seguir, exemplos ilustrativos e análises do funcionamento gramatical de entidades lexicais em relação nos usos do português brasileiro para, por fim, apresentar nossas considerações finais, discutindo mais profundamente sobre a relevância de se analisar as palavras por esta perspectiva.

¹⁸ No podríamos esperar que se lleve adelante, en el terreno del sentido, el programa saussuriano si no mostráramos que los encadenamientos en PLT y en SE que constituyen el sentido de las entidades lingüísticas obedecen a reglas sistemáticas. Es lo que intentamos hacer al constituir, a partir de las secuencias en PLT y en SE una **especie de gramática del sentido**. (DUCROT, 2004, p. 368, grifo nosso)

3. O FUNCIONAMENTO LEXICAL DA LÍNGUA NOS USOS DO PORTUGUÊS: UM OLHAR ARGUMENTATIVO PARA A COMBINAÇÃO DE PALAVRAS E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO ENUNCIADO

Neste capítulo, mostraremos como pode ser realizado o estudo gramatical do léxico do português brasileiro com base na Semântica Argumentativa. Discutiremos, portanto, sobre relações semânticas estabelecidas entre palavras encontradas em enunciados veiculados na internet durante os anos 2021/2022, período em que se deu a fase final de nossa pesquisa e em que muito se discutia sobre a saúde pública pelo contexto da Pandemia de Covid-19. Para que todos os enunciados de nosso corpus pertencessem a uma mesma temática, optamos por selecionar aqueles relacionados à saúde pública, devido à relevância dessas discussões então. Destacamos que essa temática poderia ser substituída por outra qualquer e em nada afeta os resultados de nosso estudo, pois nossa intenção é discorrer, principalmente, sobre o papel de determinadas palavras para a construção do sentido dos enunciados sob análise.

Construímos o nosso corpus tendo sempre em vista a reflexão que gostaríamos de estabelecer sobre as relações semântico-argumentativas entre as diferentes palavras da língua. Então, optamos por selecionar exemplos que englobassem palavras plenas e instrumentais, considerando a classificação proposta por Ducrot (2002). Entre as palavras instrumentais, procuramos exemplos que englobassem articuladores, modificadores e internalizadores utilizados em português brasileiro.

Ao todo, coletamos 6 manchetes. Todas elas foram veiculadas em sites brasileiros de notícias (jornais e revistas) sobre a temática da saúde pública. As manchetes foram buscadas no agregador de notícias Google Notícias e selecionadas à medida que se verificasse a ocorrência de uma das palavras instrumentais referidas no quadro 5 (cf. p. 58).

Optamos pelo gênero manchete por ser breve e sua extensão ser suficiente para analisarmos as relações de sentido entre palavras plenas e instrumentais e mostramos seu funcionamento gramatical e argumentativos em usos do português. Além disso, optamos por um tema atual, que representa um assunto discutido no Brasil no momento de coleta e análise dos dados. Temos, assim, certeza de que nosso objeto de análise representa os usos de português.

Em cada exemplo, apresentamos uma descrição qualitativa sobre os fenômenos semânticos identificados, buscando refletir sobre a relação entre as palavras e os sentidos argumentativos advindos dessa relação.

Seguimos, para tanto, orientações metodológicas específicas, as quais apresentamos ao leitor a seguir.

3.1 Orientações metodológicas

Considerando os principais termos e noções da Semântica Argumentativa, conforme o segundo capítulo, e a reflexão presente no texto “Internalizadores” (DUCROT, 2002), de acordo com a exposição na seção 2.3, apresentamos, doravante, o percurso metodológico que seguimos nas análises que serão apresentadas na seção 3.2.

Portanto, para análise dos dados de usos do português presentes em manchetes, seguimos o seguinte roteiro:

Primeiro momento: destacar o tipo de encadeamento que o enunciado evoca: se normativo, se transgressivo.

Segundo momento: verificar o(s) aspecto(s) que condensam o sentido do encadeamento.

Terceiro momento: descrever o sentido de certas palavras plenas e seu papel para a constituição de determinado encadeamento (normativo ou transgressivo).

Quarto momento: mostrar como um aspecto ligado à argumentação externa (AE) ou argumentação interna (AI) vinculado a uma palavra plena em relação a um operador pode provocar mudança de sentido no segmento e no conjunto do enunciado.

Quinto momento: destacar o estatuto da palavra no enunciado (se plena, se instrumental) e o modo como contribui para o sentido do enunciado na relação entre segmentos.

Sexto momento: destacar o modo como os operadores (modificadores ou internalizadores) e articuladores contribuem para a constituição do sentido argumentativo do conjunto do enunciado.

Sétimo momento: Movimento de síntese com a recuperação das relações entre palavras plenas e instrumentais para a constituição da argumentação do enunciado.

Uma vez apresentado o percurso analítico que será empregado, passamos agora às nossas análises.

3.2 Análises dos dados

Nesta seção, ao seguir o percurso metodológico apresentado na seção 3.1, apresentamos nossa análise, a partir de enunciados retirados de manchetes de jornais e revistas brasileiros em versão digital. Procuraremos ilustrar com enunciados que contenham entidades, conforme a classificação proposta por Ducrot (2002): palavras plenas e palavras instrumentais (articuladores, operadores modificadores e operadores internalizadores).

Na sequência, apresentamos os exemplos ilustrativos e as análises.

Exemplo 1: relações semântico-argumentativas de operador modificador desrealizante

1) **Baixa** cobertura vacinal é **nova** ameaça ao país¹⁹

No exemplo (1), vemos que o encadeamento doado/constitutivo do enunciado é “baixa cobertura vacinal, portanto nova ameaça ao país”. Nesse caso, esse encadeamento normativo condensa o aspecto *baixa cobertura vacinal DC nova ameaça ao país*. Nesse aspecto, percebemos que há duas palavras funcionando como operadores argumentativos (“baixa” e “nova”) relacionados a duas expressões (“cobertura vacinal”) e (“ameaça”). Se observamos a AI de “cobertura vacinal”, podemos parafrasear como “recurso de proteção à saúde, portanto sem risco de doença”, que envolveria o aspecto “proteção à saúde DC neg-doença”. No entanto, a palavra “baixa”, em seu

¹⁹ Disponível em: <https://valor.globo.com/impreso/noticia/2021/11/16/baixa-cobertura-vacinal-e-nova-ameaca-ao-pais.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2022.

comportamento semântico, modifica a expressão “cobertura vacinal” e evoca outro sentido para possibilitar uma dada continuidade. No segundo segmento, temos, como palavra plena chave, a entidade lexical “ameaça”, que pode ser parafraseada como “há riscos portanto cuidado”, que traz o aspecto “riscos DC cuidado”. No segundo segmento, também temos um operador, que funciona como palavra modificadora de outra: “nova”. Nesse caso, a palavra “nova”, combinada com “ameaça”, evoca “risco atual DC cuidado no momento”.

Para tanto, temos que identificar as relações que se estabelecem entre os segmentos deste enunciado. Notamos um encadeamento argumentativo estabelecido entre os segmentos “cobertura vacinal” e “ameaça”, os quais se relacionam argumentativamente de uma maneira sem a presença da palavra modificadora “baixa” e de outra maneira quando essa palavra é colocada no enunciado. Afinal, sem a palavra “baixa”, teríamos um enunciado absurdo. Veja:

1') Cobertura vacinal é nova ameaça ao país

Ainda que não tivéssemos a palavra modificadora “nova”, a ausência de “baixa” não poderia evocar o segundo segmento do enunciado. Vejamos:

1``) Cobertura vacinal é ameaça ao país.

Vemos, assim, o papel importante que a palavra modificadora “baixa” exerce nessa manchete para doar o sentido argumentativo normativo desse encadeamento: “baixa cobertura vacinal, portanto nova ameaça ao país”. Vemos ainda que o locutor, ao inserir essa palavra modificadora, colocou-a em primeira posição em relação “cobertura vacinal”, mostrando a sua atitude crítica em relação à “cobertura vacinal” ligado ao aspecto “proteção DC neg-doença”. Nessa continuidade discursiva, o segmento “nova ameaça ao país” com a presença também da palavra modificadora “nova” reforça essa atitude do locutor de intensificar a argumentação interna de “ameaça” em seu aspecto “risco DC cuidado”. Portanto, a manchete convoca o leitor a pensar que a cobertura vacinal é importante para o país porque diminui as ameaças à saúde da população estabelece uma certa gradualidade argumentativa entre “cobertura vacinal” e palavras modificadores como “baixa” e “alta”. Se tivéssemos “alta

cobertura vacinal” teríamos possibilidade de realização de um segundo segmento como “pouca ameaça ao país.”

Neste caso, para que o locutor de (1) pudesse construir uma argumentação à direita de “cobertura vacinal” usando a palavra “ameaça” como argumento, torna-se necessária a reordenação do aspecto ‘cobertura vacinal DC neg-ameaça’. Uma das possibilidades previstas pela língua envolveria um encadeamento transgressivo “há cobertura vacinal, no entanto há ameaça no país”, relacionada ao aspecto ‘cobertura vacinal PT ameaça’. Não é exatamente esse aspecto constitutivo do sentido argumentativo de (1), pois esse enunciado não apresenta elementos que possa evocar um sentido de transgressão.

Em (1), verificamos que, ao ser colocada no mesmo enunciado em que constam os segmentos ‘cobertura vacinal’ e ‘ameaça’, a palavra “baixa” opera, permitindo que se construa, para ‘cobertura vacinal’, uma argumentação externa à direita, utilizando-se a palavra ‘ameaça’. Isto é, a palavra “baixa”, em (1), reorganiza os aspectos argumentativos de uma expressão.

‘Baixa cobertura vacinal’, assim, é uma modificação de ‘cobertura vacinal’, com atenuação da argumentação de cobertura vacinal, por isso a possibilidade de continuação à direita com “ameaça”. O aspecto que melhor representa, portanto, o sentido de (1) é “neg-proteção DC riscos à saúde”, transposto a ‘proteção DC neg-riscos’. Nesse caso, vemos que a palavra modificadora “baixa” reorganiza a AI de “cobertura vacinal” (“proteção à saúde DC neg-doença”) para “neg-proteção DC doença”. Relacionado ao segmento “nova ameaça” podemos completar que o aspecto desse enunciado pode ser formalizado como “neg-proteção DC riscos à saúde”

A palavra “baixa”, que consideramos fundamental na argumentação desse enunciado, nos usos do português brasileiro, conforme o que acabamos de observar em (1), é considerada, tradicionalmente, um adjetivo. Para além dessa classificação, enfatizamos o seu papel como operador de argumentação no enunciado e seu potencial para modificar discursos ao reorganizar aspectos argumentativos. Além disso, importante destacar que as escolhas e o modo de combinar as palavras plenas com palavras modificadoras revela a atitude do locutor do enunciado e possibilita determinadas continuidades discursivas, no caso de nosso estudo, a manchete evoca determinados sentidos para o leitor dar continuidade discursiva à sua leitura.

Nessa análise, mostramos o papel dos *operadores modificadores* em relação com palavras plenas para a argumentação do enunciado.

Exemplo 2: relações semântico-argumentativas de operador modificador realizante

- 2) Sob **alta** pressão de infecções por Covid, SP distribuiu mais de 1,5 milhão de testes²⁰

No exemplo 2, o encadeamento constitutivo do enunciado é “alta pressão de infecções por Covid, portanto distribuição de mais de 1,5 milhão de testes”, o qual pode ser condensado pelo aspecto “alta pressão de infecções DC distribuição 1,5 milhão de testes”. Nesse encadeamento, percebemos a ocorrência dos operadores argumentativos, que são modificadores, “alta” e “mais de 1,5 milhão de” operando sobre as expressões “pressão de infecções” e “testes”. Para podermos verificar as relações semântico-argumentativas estabelecidas entre as palavras plenas, que compõem cada segmento deste aspecto (“infecções” e “testes”), analisemos a seguir suas argumentações internas.

Para descrever a argumentação interna da palavra “infecções” neste enunciado, propomos a paráfrase “casos de doença, portanto necessidade de monitoramento pelos órgãos sanitários”. Neste caso, percebemos uma AI estabelecida por um conector do tipo normativo em que “casos de doença” impõem “necessidade de monitoramento”, argumentação que pode ser condensada pelo aspecto “casos DC monitoramento”.

A paráfrase que corresponde à argumentação interna da palavra “testes” no exemplo (2), por sua vez, é “examinar pessoas, portanto diagnóstico de doença”. Tal paráfrase mostra que, em sua argumentação interna, a palavra “testes” prevê uma relação normativa entre “examinar pessoas” e “diagnóstico de doença”, ou seja, testes (de saúde) permitem que as autoridades tenham conhecimento exato dos problemas que afetam o bem-estar da população. Essa AI pode ser condensada no aspecto “exame DC diagnóstico”.

No exemplo 2, notamos a ocorrência de uma argumentação externa à direita que segue a orientação argumentativa da palavra “infecções”, pois em 2, como referimos, verificamos o aspecto “infecções DC testes”. Ainda sobre esse exemplo, notamos que o modificador “alta”, relacionado à expressão “pressão de infecções”, reforça/realiza a argumentação interna dessa expressão, isto é, impõe ao enunciado em que ocorre

²⁰ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/sob-alta-pressao-de-infeccoes-por-covid-sp-distribuiu-mais-de-15-milhao-de-testes/>. Acesso em 24 fev. 2022.

uma continuação que respeite a orientação argumentativa proposta pela significação da entidade lexical a que está associado. Por essa razão, no exemplo 2, o segmento “**alta** pressão de infecções” apresenta uma argumentação externa à direita na qual é seguido por “**mais de 1,5 milhão** de testes”.

O emprego da palavra “**alta**” no exemplo (2), ao reforçar a argumentação interna da palavra “infecções” (‘casos DC monitoramento’), faz com que o argumento que lhe segue externamente à direita corresponda a esta argumentação, apresentando, também ele, uma expressão que reforce sua argumentação. Veja:

2’) Casos de doença, portanto necessidade de monitoramento pelos órgãos sanitários.

2’’) Altos casos de doença, portanto alta necessidade de monitoramento pelos órgãos sanitários.

Os enunciados 2’ e 2’’, elaborados a partir da paráfrase proposta para a AI de “infecções”, mostram que o emprego da palavra **alta**, presente em um segmento A de um aspecto do tipo A DC B, impõe que o segmento B seja, também ele, reforçado por um modificador. É exatamente isso que verificamos no exemplo da manchete (2), no qual constatamos a expressão “**mais de 1,5 milhão de**” reforçando a argumentação interna de “testes”. O sentido global transmitido pelo enunciado (2) é o de que por causa do elevado índice de infecções por Covid-19 as autoridades de São Paulo estão distribuindo um elevado número de testes.

Como mostramos, a palavra “**alta**”, tradicionalmente classificada como adjetivo, e a expressão “**mais de X de**” assumem papéis semântico-argumentativos imprescindíveis para a constituição e também para a compreensão do sentido do enunciado em que ocorrem. Ao usar tais itens linguísticos em seu enunciado, o locutor de (2) pôde, como verificamos, reforçar a argumentação de uma palavra plena e seguir seu enunciado com um argumento proporcionalmente compatível com essa argumentação.

Nessa análise, ilustramos novamente o papel dos operadores modificadores em relação às palavras plenas para o locutor reforçar a sua argumentação e orientar argumentativamente o seu enunciado.

Exemplo 3: relações semântico-argumentativas de articulador transgressivo

- 3) *Zema relata 'dias desagradáveis' com COVID-19, **mas** tranquiliza sobre saúde²¹*

Em (3), o encadeamento argumentativo constitutivo do enunciado em questão é “Zema relata 'dias desagradáveis' com COVID-19, **mas** tranquiliza sobre saúde”. Nele percebemos uma relação transgressiva entre os segmentos “Zema relata ‘dias desagradáveis’ com COVID-19” e “tranquiliza sobre saúde”. Essa relação transgressiva se manifesta explicitamente por meio do articulador argumentativo “**mas**”.

Para entendermos a transgressão que ocorre na passagem do segmento A para o seu argumento externo à direita B presente em (3), devemos analisar inicialmente a argumentação interna do segmento “Zema relata dias ‘desagradáveis’ com COVID-19”, mais especificamente a argumentação das palavras plenas “dias” e “COVID-19”.

No enunciado (3), as palavras “dias” e “COVID-19” fazem parte de um mesmo sintagma, cujos núcleo é “dias”. Esse núcleo é formado de uma palavra plena, que tem sua argumentação modificada pela presença do operador modificador “desagradáveis”. Como AI de dia temos “tempo transcorrido em 24 horas DC tempo vivido”. Como o enunciado traz “dia” no plural, tem-se a AI “vários intervalos de 24 horas DC bastante tempo vivido”. Ao combinar o modificador “desagradável”, o locutor reorganiza essa AI de X (“dias”), inserindo uma apreciação negativa: “muitos intervalos de 24 horas DC bastante tempo vivido com incômodo”.

Como no sintagma temos também a palavra plena COVID-19, com a AI “doença DC sofrimento”, vemos que o modificador “desagradável” ajuda a arquitetar uma avaliação subjetiva a respeito de “dias”, a qual revela uma atitude de valoração negativa e que é atribuída pelo locutor de (3) a outro locutor representado pelo nome próprio “Zema”. O sintagma “‘dias desagradáveis’ com COVID-19” apresenta uma argumentação interna que pode ser parafraseada por “muito tempo vivido com doença DC bastante sofrimento”.

Considerando o exposto no parágrafo precedente, entendemos que a língua fornece, aos falantes que utilizam as palavras “desagradáveis” e “COVID-19”, uma ori-

²¹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/01/27/interna_politica,1340625/zema-relata-dias-desagradaveis-com-covid-19-mas-tranquiliza-sobre-saude.shtml. Acesso em 24 fev. 2022.

entação argumentativa para que o enunciado em que essas palavras forem empregadas continue com um argumento que seja, tal como “sofrer por doença”, com sentidos negativos.

Resumidamente, como vimos, a argumentação das palavras “dias” e “COVID-19” associadas à palavra modificadora “desagradáveis” orienta o enunciado para uma continuação com avaliação negativa. Por essa razão, propomos que a argumentação de “‘dias desagradáveis’ com COVID-19” seja condensada pelo aspecto “doente DC sofrimento”. No entanto, o articulador “mas” reorienta essa argumentação.

Pois bem, o enunciado (3) é arranjado de tal maneira que o segmento A “Zema relata dias ‘desagradáveis’ com COVID-19” é seguido pelo argumento externo à direita B “tranquiliza sobre saúde”. Isto quer dizer que, em (3), temos um enunciado no qual o segmento B, ao não continuar com a orientação prevista pela língua (“sofrimento”), precisa apresentar um articulado de oposição, o “mas”. Ao analisarmos a argumentação interna de “tranquilizar”, perceberemos a presença de uma atitude otimista que se apresenta a partir do segmento “tranquiliza sobre a saúde”.

A palavra “tranquilizar” pode ser parafraseada pelo encadeamento “Estar angustiado, no entanto ter sossego”, que contém os aspectos “angústia PT sossego” e “angústia DC neg-sossego”. Em outras palavras, a palavra “tranquilizar” dá indicações de que é possível ter sossego mesmo em situações de angústia, ou ainda, que é possível ser otimista mesmo diante de um contexto pessimista.

Dessa forma, quando analisamos o aspecto proposto para a AI de “tranquilizar” (“angústia PT sossego”) percebemos um segmento A com uma conotação pessimista (angústia) sucedido por um segmento B com conotação otimista (sossego). Também percebemos que a relação entre esses dois segmentos só pode ser normativa se um deles for negado “neg-angústia DC sossego” ou “angústia DC neg-sossego”.

Ao compararmos as argumentações internas das palavras plenas “dias” e “COVID-19”, juntamente com o modificador “desagradáveis”, e a palavra plena “tranquilizar”, percebemos que a primeira orienta para uma continuação pessimista estabelecida por meio de uma relação normativa (“doente DC preocupação”) enquanto a segunda orienta, a partir de um contexto pessimista, para uma continuação otimista (“angústia PT sossego”) estabelecida por meio de uma relação transgressiva.

Considerando o exposto, concluímos que o articulador argumentativo “**mas**”, presente no exemplo (3) está estabelecendo a ligação entre dois segmentos, um A e outro B, em que A orienta para uma continuação normativa descumprida por B. Esse

descumprimento somente é possível porque já um articulador de oposição entre os segmentos. Veja:

3') *Zema relata 'dias desagradáveis' com COVID-19, por isso não tranquiliza sobre saúde*

Conforme podemos verificar em (3'), como os falantes são instruídos pela língua a esperar, depois de A “dias desagradáveis com COVID-19” por uma continuação pessimista, o segmento B “tranquiliza sobre a saúde” deve ser negado para que a relação seja normativa. Como, no exemplo (3), o segmento B “tranquiliza sobre a saúde” não é negado e descumpra a orientação normativa dada por A, o locutor deve utilizar um articulador transgressivo para vincular a argumentação de A à argumentação de B.

Podemos concluir que, para empregar um articulador argumentativo adequadamente, os falantes mobilizam seus conhecimentos sobre a significação das palavras, uma significação contida na argumentação interna dessas palavras. No caso do exemplo (3), demonstramos como o locutor desse enunciado mobilizou as instruções da língua para a ocorrência de “dias desagradáveis’ com COVID-19” em uma posição A e para a ocorrência de “tranquiliza sobre a saúde” em uma posição B; e, ao fazer uso dessas instruções, empregou um articulador transgressivo para estabelecer vínculo semântico entre os dois segmentos. Nesse caso, o articulador “mas” torna possível as relações de sentido entre os segmentos A e B.

Com essa análise, procuramos mostrar o papel de um articulador transgressivo no enunciado (“mas”) para comparar e opor argumentações entre os segmentos. Nessa comparação e oposição de segmentos também evidenciamos que a relação entre palavras plenas e palavras instrumentais – modificadoras – são importantes para a construção de sentidos e para o locutor revelar a sua atitude diante do que enuncia.

Exemplo 4: relações semântico-argumentativas de articulador normativo

4) *Dinamarca deixa de considerar Covid como doença “crítica” e elimina restrições²²*

²² Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/dinamarca-deixa-de-considerar-covid-como-doenca-critica-e-elimina-restricoes/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

Em (4), o encadeamento evocado pelo enunciado é “Dinamarca deixa de considerar Covid como doença ‘crítica’, portanto elimina restrições”. Esse encadeamento, podemos formalizar com o aspecto “neg-doença crítica DC neg-restrições”, que estabelece um vínculo normativo entre dois segmentos (neg-A e neg-B), ambos dos quais também verificamos a ocorrência da negação.

A Teoria dos Blocos Semânticos, conforme o exposto na seção 2.1, prevê a possibilidade de, a partir de um aspecto do tipo “neg-A DC neg-B”, compor outro bloco em que a interdependência semântica entre A e B ocorra, igualmente por meio de um vínculo normativo, quando eliminadas as negações. Dessa forma, o aspecto “neg-A DC neg-B” pode ser transformado em “A DC B”. Dessa forma, a interdependência semântica estabelecida entre “doença crítica” e “restrições” pode ser formalizada tanto por um bloco que contenha o aspecto “neg-doença crítica DC neg-restrições” quanto por outro bloco que contenha o aspecto “doença crítica DC restrições. Veja:

4') *Dinamarca considera Covid como doença “crítica” e impõe restrições*

Em (4'), ao eliminarmos as negações dos segmentos A e B do aspecto ‘neg-A DC neg-B’, perceberemos a interdependência semântica entre “doença crítica” e “restrições” também por meio de um conector do tipo normativo. Vejamos, agora, quais são os vínculos semânticos estabelecidos entre a expressão “doença crítica” e o termo “restrições” para que possamos, em seguida, discorrer sobre o papel semântico do articulador argumentativo “e” no exemplo 4.

Para tanto, será necessário analisarmos as palavras plenas “covid” e “doença” para depois verificarmos o papel da palavra modificadora “crítica” em relação à palavra plena “doença”. Para a palavra plena “covid”, podemos ter uma AI “tipo de doença DC cuidados” e para “doença” a AI “problema de saúde DC cuidados”. Como a palavra modificadora “crítica” está em relação à “doença” tem-se como AI de “doença crítica” “problema grave de saúde DC mais cuidados”. Além disso, há um articulador “como”, que relaciona “covid” (“tipo de doença DC cuidados”) a “doença crítica” (“problema grave de saúde DC muito cuidado”).

A argumentação interna da palavra “restrições”, por sua vez, pode ser parafraseada por “liberdade, no entanto limites”. Essa paráfrase, que pode ser condensada

pelo aspecto “liberdade PT limites”, explica a impossibilidade de emprego da palavra “restrições” em um enunciado como (4’):

4’) *Dinamarca considera Covid como doença e impõe restrições

Em (4’), percebemos que a ausência do modificador intensificador “crítica” para a palavra “doença” impossibilita, nesse enunciado, que “restrições” (“liberdade PT limites”) lhe seja um argumento externo à direita. Ou seja, a própria significação de “restrições” em um enunciado associado à Covid orienta para uma intensificação de argumentação relacionada à restrição. Essa é a razão pela qual em (4’) *“Dinamarca considera Covid como doença crítica e impõe restrições”* ocorre a presença de um argumento externo à esquerda de “restrições” que é uma intensificação de “problemas de saúde”.

Como vimos, a orientação argumentativa dada pela expressão “doença crítica” é “problema grave saúde DC muito cuidado”. Verificamos que o locutor de (4) arquiteta seu enunciado “Dinamarca deixa de considerar Covid como doença crítica” com a presença de uma expressão chave “deixa de considerar”. Como o locutor sucede esse segmento com um argumento à direita que respeita a instrução dada pela língua, ele continua seu enunciado com uma expressão que tem em sua significação uma argumentação interna à esquerda “neg-doença grave DC neg-cuidados” e insere outra palavra plena (“elimina”) juntamente com “restrições”. Com isso, torna possível a relação entre segmentos (“deixa de considerar Covid como doença crítica” e “elimina restrições”). O articulador “e” reúne as argumentações “de a covid não ser doença grave” e, por isso, “poder se eliminar os limites de liberdade, relacionados aos cuidados e restrições”.

Notamos que em (4) *“Dinamarca deixa de considerar Covid como doença crítica e elimina restrições”* o articulador “e” está vinculando explicitamente dois segmentos que respeitam as orientações dadas pela língua. Neste exemplo, o “e” funciona como um articulador argumentativo normativo.

A palavra “e” em (4), portanto, torna explícita ao leitor da manchete a justificativa pela qual mais cuidados contra Covid estão sendo dispensados pela Dinamarca. Isto é, o emprego de “e” explicita que a negação de “doença grave” é um argumento para a decisão de “eliminar restrições”, decisão atribuída pelo locutor de (4) ao país “Dinamarca”.

Exemplo 5: relações semântico-argumentativas de internalizador normativo

5) *Covid-19: Pessoas infectadas e vacinadas adquirem “superimunidade”, diz estudo*²³

Neste quinto exemplo, o encadeamento constitutivo do enunciado é “pessoas infectadas e vacinadas, portanto superimunidade”, o qual pode ser formalizado pelo aspecto “infecção e vacinação DC superimunidade”. Nesse encadeamento, vemos o articulador “e” relacionando “infectadas e vacinadas”, o que podemos deduzir que “pessoas infectadas DC imunidade” e “pessoas vacinadas DC imunidade”. O locutor, ao juntar “infectadas” e “vacinadas” com o articulador “e” insere, na continuidade, a entidade lexical “superimunidade”. Assim, o “superimunidade” liga-se diretamente às palavras “infectadas” e “vacinadas” modificadoras de “pessoas”. Com relação à AI de “imunidade”, temos “adquirir anticorpos DC proteção”. Em sua AE, temos “pessoas infectadas e vacinadas DC pessoas com imunidade. No caso de superimunidade, tem-se “pessoas com muitos anticorpos DC pessoas com superimunidade”. Com isso, verificamos o papel de “super” como internalizador normativo de “imunidade”, visto a AE de “imunidade” entrar como AI de “superimunidade”.

Considerando o exposto, no exemplo (5), as palavras “infectadas” e “vacinadas”, argumentos externos à esquerda de “superimunidade”, apresentam com este último termo interdependência semântica, conforme o sugere o aspecto “infecção e vacinação DC superimunidade”, mencionado anteriormente. Ambos os argumentos são internalizados pelo prefixo “super” para a argumentação interna do sintagma “superimunidade”. Assim, percebemos o prefixo “super” agindo como internalizador normativo de “imunidade” (mantém a argumentação em DC de “imunidade”) para que o locutor possa construir um enunciado favorável à vacinação completa da população, inclusive de quem já foi infectado pelo vírus. Vejamos, primeiramente, a estrutura argumentativa da palavra “imunidade” para que possamos, em seguida, falar sobre o internalizador “super” em “superimunidade”.

Como internalizador, o prefixo “super” leva para o interior do sintagma “superimunidade” palavras plenas presentes na argumentação externa de “imunidade”. No caso

²³ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/covid-pessoas-infectadas-e-vacinadas-adquirem-superimunidade-diz-estudo/>. Acesso em: 25 fev. 2022

do exemplo (5), verificamos que as palavras “infectadas” e “vacinadas” estão relacionadas com a AE de “imunidade” (“vacinação DC imunidade” e “infecção DC imunidade”). Nesse caso, tem-se a AI de “superimunidade” como “vacinação e infecção DC superimunidade”. Como observado, como “vacinadas” e “infectadas” são modificadores de “pessoas”, torna-se necessário considerar que em (5) há duas argumentações externas para “imunidade”: “Pessoas infectadas, portanto imunidade” (“pessoas infectadas DC imunidade”) e “Pessoas vacinadas, portanto imunidade” (“pessoas vacinadas DC imunidade”). O prefixo “super”, ao operar sobre a palavra “imunidade”, internaliza para a AI de “superimunidade” as duas argumentações externas de “imunidade” em (5). Considere os seguintes enunciados:

5') Pessoas infectadas e vacinadas adquirem imunidade.

Nesse enunciado, sem a incidência do internalizador “super”, o sentido global de (5') é o de que “imunidade” pode ser adquirida ou por meio da infecção ou por meio da vacinação. Esse sentido global é autorizado pela língua que prevê argumentações internas para “infecção” e “vacinação” nas quais podemos verificar uma mesma continuação em DC. Isto é, quando analisamos as duas palavras fora do eixo sintagmático, perceberemos que ambas recebem uma mesma orientação argumentativa para o estabelecimento de vínculo normativo. O quadro 7, apresentado a seguir, explicita o dito:

Quadro 7 – AI de vacinação e de infecção

AI de vacinação: recurso de proteção à saúde DC imunidade

AI de infecção: contaminação DC imunidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

O quadro 7 mostra que, fora do eixo sintagmático “vacinação” e “infecção” têm a mesma orientação argumentativa para o estabelecimento de um vínculo com “imunidade”. A palavra “imunidade”, por sua vez, fora do analisada fora do eixo sintagmático, apresenta uma argumentação interna que pode ser parafraseada por “ter criado anticorpos, portanto estar protegido” (anticorpos DC proteção).

Considerando o exposto, podemos entender melhor os vínculos semânticos entre “imunidade”, “infectadas” e “vacinadas” em (5’). Anteriormente, ao afirmarmos que o sentido global de (5’) era o de que “imunidade” pode ser adquirida ou por meio da infecção ou por meio da vacinação, estávamos considerando as argumentações internas apresentadas no quadro 7.

No enunciado (5), o sintagma “superimunidade” significa “vacinado e infectado, portanto superimunidade”. Essa significação permite ao locutor de (5) a defesa de que mesmo os já infectados ainda têm razão para se vacinar.

O prefixo “super”, portanto, como internalizador normativo, pode operar sobre semântica de um enunciado, fazendo com que a sua presença em enunciado torne esse enunciado favorável ou contra a uma argumentação que se pretende assumir.

Exemplo 6: relações semântico-argumentativas de internalizador transgressivo

6) *Menino de Campos que tomou ‘vacina de vento’ terá de esperar mais uma semana por imunização*²⁴

No exemplo (6), o encadeamento argumentativo constitutivo do enunciado é “Tomar vacina, no entanto não ser imunizado” ou “vacina PT neg-imunização”. Notamos, portanto, que a expressão “de vento” internaliza para interior do sintagma “vacina de vento” a argumentação externa “esperar mais uma semana por imunização”. Em outras palavras, “de vento” atua como internalizador transgressivo da palavra plena “vacina”.

Vejamos quais são as instruções dadas pela língua para o emprego da palavra “vacina”, analisando a argumentação interna dessa palavra em um contexto em que seu sentido não esteja sendo internalizado por “de vento”. Fora do eixo sintagmático, a argumentação interna de “vacina” pode ser parafraseada por “proteção à saúde DC criação de anticorpos” (proteger a saúde DC criar anticorpos).

A argumentação interna de “vacina”, portanto, indica que a língua impõe a quem emprega essa palavra assumir que “vacina” é uma forma por meio da qual se pretende proteger a saúde por meio da criação de anticorpos. Essa ideia pode ser formalizada por meio dos seguintes aspectos apresentados no quadro 8:

²⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/menino-de-campos-que-tomou-vacina-de-vento-tera-de-esperar-mais-uma-semana-por-imunizacao-25385149>. Acesso em 25 fev. 2022.

Quadro 8 – Argumentação interna de “vacina”

Possibilidades de significação de “vacina”:

- 1) *Recurso de proteção à saúde, portanto criação de anticorpos
proteção à saúde DC anticorpos*
- 2) *Recurso de proteção à saúde, no entanto sem criação de anticorpos
proteção à saúde PT neg-anticorpos (converso)*
- 3) *Sem recurso de proteção à saúde, no entanto criar anticorpos
neg-proteção à saúde PT anticorpos (recíproco)*
- 4) *Sem recurso de proteção à saúde, portanto sem criação de anticorpos
neg-proteção à saúde DC neg-anticorpos (transposto)*

Bloco:

Interdependência entre “*proteção à saúde*” e “*anticorpos*”, na AI de “vacina”

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

No exemplo (6), a palavra “vacina” é operada pela expressão “de vento” no sintagma “vacina de vento”. Entre todas as possibilidades de argumentação para a palavra “vacina” demonstradas no quadro 8, ao operar sobre “vacina”, “de vento” internaliza para a expressão “vacina de vento” o argumento externo à esquerda “esperar mais uma semana por imunização” ou “neg-imunização”.

Considerando que a paráfrase referente à argumentação interna de “imunização” pode ser “ter anticorpos, portanto estar protegidos”, somos autorizados a afirmar que “imunização” está semanticamente ligada à ideia “criação de anticorpos”. Nesse sentido, negar “imunização” implica negar “criação de anticorpos”.

No enunciado (6), “vacina de vento” significa, portanto, “tomar vacina, no entanto não ser imunizado” (“vacina PT neg-imunidade”). Como “de vento” internaliza um aspecto em que se verifica um vínculo semântico transgressivo, dizemos que essa expressão é um internalizador transgressivo.

A seguir, apresentamos um movimento de síntese do capítulo três, retomando o terceiro objetivo específico do nosso estudo e mostrando as razões que nos levam a considerá-lo cumprido.

3.3 O estudo gramatical do léxico a partir de uma concepção semântico-argumentativa da língua

Ao longo do capítulo 3, procuramos explicar o funcionamento lexical das palavras a partir de uma concepção semântico-argumentativa de língua em uso. Para tanto, propusemos uma reflexão sobre a organização semântico-argumentativa das palavras em enunciados veiculados na internet durante o período de pandemia da Covid-19 (2020-2022).

Em nossas análises, procuramos seguir a proposta de Ducrot (2002) para a classificação das palavras. Assim, buscamos exemplos de enunciado, em cujas análises mobilizássemos palavras plenas e instrumentais. Palavras plenas foram mobilizadas em todos os nossos exemplos. Entre as instrumentais, também vimos a ocorrência de conectores em todos os exemplos, isso porque fazem parte do protótipo teórico das relações em PT e DC, as quais Ducrot (2004) considera como elementos de descrições de uma “gramática do sentido”. Isso nos leva à primeira de nossas conclusões sobre as análises realizadas: o estudo gramatical do léxico com base na Semântica Argumentativa implica procurar relações em PT e DC em palavras plenas presentes em enunciados.

Ao nos propormos ao estudo gramatical do léxico, vimos como **modificadores** (exemplos 1 e 2), **articuladores** (exemplos 3 e 4) e **internalizadores** (exemplos 5 e 6) operam na arquitetura semântico-argumentativa dos enunciados. Dessa forma, fizemos notar que estudar o léxico implica conhecer itens lexicais que (a) atenuam ou desrealizam a AI de uma expressão ou palavra (exemplo 1); (b) reforçam/realizam a AI de uma expressão ou palavra (exemplo 2); (c) marquem a interdependência entre segmento A e um segmento B por meio de um vínculo transgressivo (exemplo 3); (d) marquem a interdependência entre um segmento A e um segmento B por meio de um vínculo normativo (exemplo 4); (e) internalizam à AI de XY palavras plenas relacionadas por meio de um vínculo normativo à AE de X (exemplo 5); e (f) internalizam à AI de XY palavras plenas relacionadas, por meio de um vínculo transgressivo, à AE (exemplo 6). O estudo ainda aponta que articuladores, quando explicitados, relacionando segmentos ora normativamente, ora transgressivamente. O dito nos leva à nossa segunda conclusão: o estudo gramatical do léxico com base na Semântica Argumentativa implica conhecer as diferentes relações entre palavras plenas e palavras instrumentais no emprego da língua.

Os exemplos apresentados deram conta de que, ao mobilizar a língua para organizar palavras no discurso, o locutor necessariamente mobiliza indicações semântico-argumentativas dadas pela própria língua para o emprego dessas palavras. Isso nos leva à nossa terceira conclusão: como o funcionamento da língua envolve orientações semântico-argumentativas para o emprego das palavras, as descrições linguísticas devem dar conta de explicar tais fenômenos.

Além disso, os exemplos analisados demonstram que, ao ordenar palavras em um discurso, o locutor confere ao seu discurso um sentido único, que só é alcançado por meio da relação singular estabelecida entre as palavras nele presentes. Isso nos leva à nossa quarta conclusão: produzir discursos com sentido e interpretar o sentido dos discursos implica refletir sobre as relações semântico-argumentativas entre as palavras, isto é, procurar realizar uma análise com base em uma gramática do sentido.

Ao longo do capítulo 3, pudemos mostrar que o funcionamento semântico-argumentativo da língua se estende a qualquer discurso; e vimos que, para compreender tal funcionamento, torna-se necessário analisar as relações em DC e PT, por vezes realizadas por meio de articuladores, entre palavras plenas, modificadores, internalizadores e articuladores.

Procuramos, com nossas análises, fundamentar a ideia da Semântica Argumentativa, defendida por Ducrot (2002, p.7) de que “Só o discurso é, portanto, doador de sentido”. Por meio de discursos doadores de sentido, considerados os encadeamentos normativos e transgressivos, procuramos investigar o funcionamento gramatical e argumentativo do léxico em alguns usos do português brasileiro, contribuindo com os estudos sobre “classificação de palavras” para pensar que, para além de classificar palavras, o falante, o pesquisador e o professor precisam considerar as relações de sentido das palavras no discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese de doutorado, procuramos apresentar as contribuições da Semântica Argumentativa para a análise argumentativa das palavras no discurso, considerando as relações de sentido estabelecidas entre as palavras plenas e as palavras instrumentais, conforme Ducrot (2002), em alguns usos do português brasileiro. Para tanto, propusemos uma reflexão sobre a linguística e os estudos gramaticais no Brasil (capítulo 1); apresentamos as bases teóricas da Semântica Argumentativa para o estudo gramatical do léxico do português brasileiro (capítulo 2); e fizemos exemplos análises sobre o funcionamento lexical da língua nos usos do português com um olhar argumentativo para a combinação de palavras e a produção de sentidos no discurso (capítulo 3).

Para que pudéssemos verificar a presença da Semântica Argumentativa em estudos gramaticais/descritivos do português, nosso objetivo no capítulo 1, em um primeiro momento, convidamos o leitor a recuperar os conceitos de língua em relação à gramática em Linguística Geral e a refletir sobre a terminologia linguístico-gramatical (seção 1.1). Em seguida, a partir do trabalho de Vieira (2016), procuramos verificar a presença de descrições linguísticas alinhadas às concepções de língua e gramática em Semântica Argumentativa nas gramáticas contemporâneas do português brasileiro (GCPB), encontrando uma presença tímida de Ducrot em alguns estudos (seção 1.2). Ao analisarmos as GCPB, verificamos a ausência de descrições e explicações linguísticas relacionadas às bases conceituais da Semântica Argumentativa e constatamos a necessidade de abertura para uma abordagem do estudo das palavras via noção de uso e relação de entidades gramaticais no discurso com base na semântica (seção 1.3). Assim, trouxemos para a discussão produções bibliográficas de teóricos que, como nós, estiveram imbuídos de um desejo de descrever o funcionamento da língua portuguesa sob uma perspectiva semântica, argumentativa e/ou saussuriana. Dessa forma, pudemos mostrar ao leitor o lugar em que se insere o presente estudo nas produções científicas a respeito do português brasileiro.

Para sistematizarmos os principais conceitos da Semântica Argumentativa como suporte para o estudo gramatical do léxico do português, nosso objetivo no capítulo 2, discorreremos sobre conceitos que permeiam a concepção de língua para a Semântica Argumentativa. Abordamos, portanto, na seção (2.1) noções como frase, signifi-

cação, enunciado, sentido, valor argumentativo, orientação argumentativa, interdependência semântica, bloco semântico, encadeamento e aspecto. Nesse momento, pudemos mostrar que Ducrot considera a Teoria da Argumentação na Língua uma “espécie de gramática do sentido”.

Ainda no capítulo 2, antes de propormos um exemplo de estudo gramatical do léxico via semântica-argumentativa, expusemos, em 2.2, a proposta de Oswald Ducrot sobre a classificação do léxico com base nas relações semânticas estabelecidas entre segmentos de um discurso. Vimos, então, que o léxico pode ser organizado, a partir de critérios semânticos, quando se faz uso do repertório teórico apresentado em 2.1. Assim, discorreremos sobre as características que tornam palavras “plenas” ou “instrumentais”. Verificamos ainda que palavras instrumentais, de acordo com o papel que desempenham na arquitetura semântico-argumentativa do discurso a que pertencem, podem ser “articuladores”, “modificadores” ou “internalizadores”. Os “conectores”, por serem protótipos teóricos para a Semântica Argumentativa, são elementos de descrição dos encadeamentos e aspectos argumentativos (normativos ou transgressivos).

Todos os conceitos apresentados no capítulo 2 embasaram a reflexão, proposta no capítulo 3, sobre o funcionamento das palavras e suas relações de sentido argumentativo em enunciados/discursos nos usos do português brasileiro. Neste terceiro momento de nossa tese, dedicamo-nos a cumprir o objetivo de propor uma explicação a respeito do funcionamento lexical a partir de uma concepção semântico-argumentativa da língua em uso e contribuir para as descrições do português, demonstramos análises.

No capítulo 3, para dar conta de nosso terceiro objetivo específico, buscamos estudar relações semânticas estabelecidas entre palavras presentes em enunciados veiculados na internet durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022). Em cada um dos seis exemplos de enunciados analisados, procuramos evidenciar o papel de determinadas palavras para a construção do sentido global dos enunciados sob análise.

Nossos exemplos deram conta de que, sim, é possível usar princípios de Semântica Argumentativa para o estudo do léxico do português brasileiro. Afinal, como pudemos verificar no capítulo 3, compreender o sentido de um enunciado implica necessariamente estudar o comportamento semântico-argumentativo dos itens lexicais que o compõem. Portanto, compreender o sentido de um enunciado implica analisar o comportamento de palavras plenas, articuladores, modificadores e internalizadores.

Por isso propomos, fazendo referência a Ducrot, que a gramática do sentido seja aproveitada para que o estudo das palavras considere o enunciado.

Encaminhando nossas últimas considerações para o fim, gostaríamos de reafirmar a relevância de nosso trabalho não apenas para os estudos gramaticais do português brasileiro, em cujas gramáticas contemporâneas a Semântica Argumentativa não comparece como explicação do funcionamento semântico e argumentativo das palavras em relação, mas principalmente para o ensino de língua materna.

Nossa atuação profissional como professor de Língua Portuguesa na Educação Básica, possibilita-nos constantemente pensar em maneiras de aprimorar as habilidades discursivas de nossos estudantes no que se refere à interpretação e à produção de texto. Ler (buscar sentidos em um enunciado) e escrever (construir sentidos em um enunciado) implica fazer uso do conhecimento intuitivo dado pela língua sobre as relações que podem ou não ser estabelecidas entre as palavras que compõem um discurso.

Assim, estamos convictos de que aprimorar as habilidades de escrita e de leitura envolve um trabalho de análise linguística, pois a reflexão sobre o uso que fazemos da língua leva-nos a aprimorar nosso emprego da língua: na fala, na escuta, na escrita e na leitura. Saber como construir sentidos em um enunciado implica conhecer as orientações dadas pela língua para o emprego de uma palavra, respeitando essas orientações que são semânticas e argumentativas. Nesse caso, implica entender por que um enunciado, em que se emprega uma palavra X, pode ou não ser seguido por outra Y; ou ainda, que outras palavras devem ser empregadas em um enunciado para que X possa ser sucedido de Y.

Tomemos nossas análises como exemplos. Para escrever uma dada manchete, o locutor precisa considerar as características semântico-argumentativas de “cobertura vacinal” (tal como exposto no exemplo 1), empregar essa expressão em um enunciado com o objetivo de defender a vacinação. Ao usar seus conhecimentos sobre a significação de “cobertura vacinal”, o locutor precisa recuperar os vínculos em “portanto” e “no entanto” presentes na argumentação interna da expressão e percebe que ao empregá-la seu enunciado em defesa da vacina não pode ser seguido por “ameaça ao país” sem que um dos argumentos seja negado. Ainda que o locutor não tenha conhecimentos teóricos, produz, escuta e lê enunciados em sua língua materna.

Para tornarmos estudantes de língua materna escritores e leitores qualificados, devemos encorajá-los a estudar a gramática do sentido e garantir que saibam que

“baixa” não é apenas um adjetivo, mas uma palavra que, por poder ser usada como negação atenuada de “cobertura vacinal”, possibilita a construção de um enunciado a favor da vacinação. Esse objetivo poderá ser atingido à medida que o conhecimento intuitivo que os estudantes de língua materna têm sobre as relações semântico-discursiva entre as palavras passar a ser explícito, mediante análises de enunciados tal como apresentamos na seção 3.2 e resumimos no parágrafo precedente.

Certamente, conhecer a gramática do sentido, que rege as relações argumentativas em “portanto” e no “entanto” entre os sentidos e as significações das palavras, é fundamental para a produção e compreensão textual. Por essa razão, é fundamental que o aprendiz de língua materna seja convidado pelo professor a analisar e a recuperar indicações semântico-argumentativas implicadas em cada palavra que compõe um enunciado em relação com outras palavras.

Ou seja, nosso estudo e nossa vocação profissional nos fizeram perceber que buscar as relações semântico-argumentativas entre as palavras presentes em enunciados é a melhor maneira de integrar a Semântica Argumentativa com a prática do professor de língua materna. Tal integração passará, certamente, pela formação de professores, pela produção de material didático pautados na teoria ou ainda pela formação de gramáticas especializadas na Semântica Argumentativa.

Seja qual for o caminho, nosso trabalho oferece subsídios para que a Semântica Argumentativa seja levada ao ensino, porque demonstra, conforme seção 3.2, que percurso metodológico pode ser seguido para análise das relações semântico argumentativas entre as palavras. Isto é, o roteiro metodológico que buscamos seguir em nossas análises pode servir como um guia para qualquer uma das três frentes apresentadas no parágrafo precedente para que a Semântica Argumentativa seja levada para a sala de aula.

Dito isto, consideramos que nosso trabalho, ao cumprir o objetivo de “propor um estudo gramatical do léxico do português com base na Semântica Argumentativa”, pode servir ainda a um propósito social, voltado para o ensino de língua materna. Por isso, em nossas últimas palavras procuramos falar sobre o potencial da “gramática do sentido” para tornar as aulas de reflexão linguística em nível básico um ambiente em que o conhecimento intuitivo do falante sobre a semântica da língua é usado para a leitura e a produção textual. Temos certeza, à medida em que o estudo gramatical do léxico com base na Semântica Argumentativa for levado à sala de aula para convidar os alunos a refletirem sobre o papel das palavras na construção do sentido, será dado

um passo adiante para formação de pessoas que, por saberem ler e escrever, com proficiência, serão completamente capazes de exercer a sua cidadania em nossa sociedade letrada.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003
- ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, M. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BARBISAN, L. B. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. **Letras**. Santa Maria, n. 33, p. 23-35, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11921>. Acesso em 11 mar. 2022.
- BARBISAN, L. B. O papel da semântica argumentativa no ensino da leitura e da produção escrita. In: **VI SENALLP - Seminário Nacional de Linguística e Ensino de Língua Portuguesa: Linguagens, práticas sociais e ensino: desafios da contemporaneidade**, 2017, Rio Grande/RS. Caderno de Resumos. Rio Grande/RS: Editora da FURG, 2017. v. 1. p. 28-29.
- BARBISAN, L. B. Semântica Argumentativa. In: FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. (Org.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19-30.
- BATISTA, L. M. **Semântica linguística e conhecimento explícito da língua: contribuições para um novo trabalho com a gramática em sala de aula**. 2018. 84f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- BENVENISTE, E. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005. p. 19 até 33.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasil, [s./l.], [2017?]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 11 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CÂMARA JÚNIOR, M. **Estrutura da língua portuguesa**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CAREL, M.; DUCROT, O. **La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, A. T. Português falado e ensino da gramática. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v.25, n.1, p.103-136, mar. 1990.

CORTIVO-LEBLER, C. dall. A teoria da argumentação na língua e sua relação com Platão, Saussure e Benveniste: breve discussão epistemológica. **Revista Filologia e Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 331-364, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/download/84446/95323/>. Acesso em 10 mar. 2022.

DELANOY, C. P. **Uma definição de leitura pela Teoria dos Blocos Semânticos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DUCROT, O, *et al.* **Les mots du discours**. Paris: Minuit; 1980.

DUCROT, O. Conferencia 1. *In*: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa**: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos. Buenos Aires, Colihue, 2005.

DUCROT, O. Enunciação. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 368-393, 1984.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. Os internalizadores. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14221/9431>. Acesso em: 10 mar. 2022

DUCROT, O. Os topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”. **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999.

DUCROT, O. Polifonía y argumentación: conferencias del seminario **Teorías de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DUCROT, O. Sentido y argumentación. *In*: ARNOUX, E. ; GARCIA NEGRONI, M. M. (org.). **Homenaje a Oswald Ducrot**. Buenos Aires: Eudebra, 2004. p. 359-370.

FARACO, C. A. Ensinar X não ensinar gramática ainda cabe essa questão? **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5983>. Acesso em: 11 mar. 2022.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. Um exemplo de análise e de argumentação em sintaxe. *In*: FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. **Mas o que é mesmo “gramática”?** Parábola: São Paulo: 2006. p. 126-151.

GOMES, L. **A significação de palavras e o sentido de enunciados e de períodos Argumentativos em discursos artísticos escritos**: um estudo semântico prospectivo. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de alfabetismo funcional - INAF**: estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2016.

LOPES, I. P. **Linguística portuguesa 3**. Coimbra: [s.n], 2013. 8 slides.

MATEUS, M. H. M.; VILLALVA, A. **Linguística**. Lisboa: Caminho, 2006.

NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005. *E-book*.

NEVES, M. H. de M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, M. H. de M. Heranças: a gramática. In: BASTOS, N. **Língua portuguesa: uma visão em mosaico**. SP: IP-PUC-SP/EDUC, 2002.

NEVES, M. H. de M. **Que gramática estudar na escola?** São Paulo: Contexto, 2007.

OLÍVIA, M. **Semântica e a natureza da língua**: contribuições da semântica numa gramática científica do português e a uma teoria do signo linguístico. Petrópolis: Vozes, 1979. (Série Semântica e Sintaxe, n. 2).

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. São Paulo: Vozes, 2017. E-book.

PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

RAHAL, C. B. **Teoria da Argumentação na Língua**: nova perspectiva para o ensino da leitura desde a Educação Básica. 2015. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAUSSURE, F. de. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional**: história crítica. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português**: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15665>. Acesso em: 11 mar. 2022.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola, 2016.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br